



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE



AS MESTRAS DO BARRO: A arte das louceiras no Semiárido Paraibano

ANA PAULA GONÇALVES LEITE

João Pessoa
2019

ANA PAULA GONÇALVES LEITE

AS MESTRAS DO BARRO: A arte das louceiras no Semiárido Paraibano

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal da Paraíba – UFPB – como requisito para obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Dr. Reinaldo Farias Paiva de Lucena

Co-orientador: Dr^a. Adriana de Fátima Meira Vital

João Pessoa
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L533m Leite, Ana Paula Gonçalves.

AS MESTRAS DO BARRO : a arte das louceiras no Semiárido
Paraibano / Ana Paula Gonçalves Leite. - João Pessoa,
2019.

60 f. : il.

Orientação: Reinaldo Farias Paiva de Lucena.

Coorientação: Adriana de Fátima Meira Vital.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Conhecimento Tradicional. 2. Etnopedologia. 3.
Louceiras de barro. 4. Semiárido e Cariri Paraibanos.
I. Lucena, Reinaldo Farias Paiva de. II. Vital, Adriana
de Fátima Meira. III. Título.

UFPB/BC

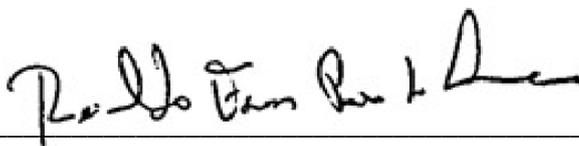
ANA PAULA GONÇALVES LEITE

AS MESTRAS DO BARRO: A arte das louceiras no Semiárido Paraibano

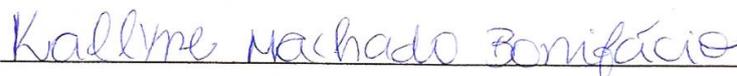
Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – da Universidade Federal da Paraíba – UFPB - como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

João Pessoa, 28 de fevereiro de 2019

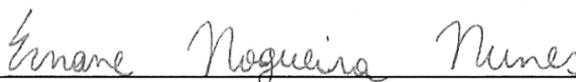
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Reinaldo Farias Paiva de Lucena - UFPB
(ORIENTADOR)



Prof. Dr^a. Kallyne Machado Bonifácio – UFPB
(EXAMINADORA)



Prof. Dr. Ernane Nogueira Nunes – UFPB
(EXAMINADOR)

Dedicatória:

À D. Linda, minha mãe, que apesar de tudo, nunca desistiu da vida nem de nós, a nossa bola de ouro Matheus Rafael, exemplo de superação, resignação, humildade, amor e fé, e a pequena Maria Clara Cardoso, que me faz grande a cada dia.

Oferecimento:

À todas as mulheres, especialmente as louceiras de barro.

AGRADECIMENTOS

A Deus, essa força extraordinária que nunca me permitiu desistir;

A Universidade Federal da Paraíba, pela oportunidade do Mestrado;

Ao PRODEMA pela formação científica;

A Universidade Federal de Campina Grande/Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, *Campus Sumé* e meus amados professores, responsáveis por minha formação e especialização em Gestão Pública e Políticas Públicas;

Aos orientadores, amados Dr. Reinaldo Lucena (UFPB) e Dra. Adriana Meira (UFCG), pelo carinho, perseverança, atenção e disponibilidade sempre;

As Mestras do barro que aceitaram a pesquisa e abriram suas casas e corações, lembrando-me Cora Coralina “*Sabedoria se aprende é com a vida e com os humildes*”;

Ao Agroecólogo José Ewerton Macêdo da Silva Lima, que me abriu caminho até as Louceiras;

A Joseane Bezerra de Freitas, mobilizadora social do PROCASE;

Aos meus amigos da turma de servidores do PRODEMA, que me acolheram, me ensinaram e me fizeram enxergar um mundo até então desconhecido, cuidaram de mim como poucos nessa vida;

A Amanda Coutinho, amiga e confidente desde o primeiro dia. Grandes gargalhadas;

A Guilherme Panho e Bia Soccol pela acolhida sempre amorosa;

A Karleide Leite pelo cantinho de estudo;

Ao NUBEM (Sumé, PB), que recolheu minhas dores e lágrimas, devolvendo sempre em forma de sorrisos e lições;

Ao meu Tio Vianey Santos, exemplo de superação, foco e força;

A minha a(filha)da de luz Maria Clara, motivo de luta e fé;

A minha Família (mãe, irmãos, sobrinhos, cunhadas) pela tolerância;

Aos meus raros e caros amigos que compreenderam minhas agonias e acreditaram em mim;

À todos que, direta e indiretamente contribuíram para alcance deste objetivo, meu pedido de perdão pelas ausências e egoísmo. Eu os amo muito.

Sou grata pela tolerância de saber pedir e oferecer, ganhar e perder, dar e receber, pela vida e pelo amor.

Tranque as suas bibliotecas, se quiser, mas não há nenhuma porta, nenhum cadeado, nenhum ferrolho que você pode colocar sobre a liberdade da minha mente.

Virgínia Woolf

LISTA DE FIGURAS

CAPÍTULO 1

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de estudo

Figura 1 – Localização do município de Serra Branca, Paraíba, Nordeste do Brasil.

Figura 2 – Mapa de classificação dos Solos da região.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Características socio-econômicas das Louceiras

Figura 3 - Características socio-econômicas das Louceiras.

Figura 4 – Vera Lúcia, única louceira a sobreviver exclusivamente da louça de barro.

Figura 5 – Equipamento desenvolvido por Francisco, esposo da louceira Maria de Fátima.

Descontinuidade da atividade: dificuldades

Figura 6 – Variáveis que limitam a continuidade do artesanato com louça de barro.

Figura 7 – Estocagem e exposição em feira livre da região.

Figura 8 – Boneca “Simplimente Mulher” e “O Sapo”.

Figura 9 – Reconhecimento e coleta do barro.

Figura 10 – Variáveis de gestão, limitantes para continuidade do artesanato com louça barro.

Figuras 11 e 12 - Material/barro molhado, descansando.

Figuras 13 e 14 - Materiais usados para confecção e acabamento da peça (barro, água, graveto de madeira e checho/pedra lisa).

Figuras 15 e 16 - Fornos artesanais no quintal da residencia das louceiras.

Figuras 17 e 18 - Confecção das peças de barro no chão da residencia das louceiras.

Figura 19 – Acabamento da peça da barro.

Figura 20 - Peças de barro secando ao sol.

Figura 21 – Peças danificadas na queima.

Figura 22 – Peças embaladas para transporte às feiras

Figuras 23 e 24 - Peças de barro em exposição na feira livre de Serra Branca, Paraíba.

Figuras 25 e 26 - Registro com as louceiras D. Raimunda, 84 anos de idade, D. Elisabeth, 67 anos de idade e D. Quitéria, 91 anos.

Figura 27 – Registro com a louceira Maria José, 59 anos.

Figura 28 – Observação do forno em desuso.

Figura 29 – Pesquisadora acompanha alunos do Curso de Agroecologia em aula de campo.

Figuras 30, 31, 32 e 33 – Oficina ministrada pela louceira Vera Lúcia, 49 anos de idade, no CDSA, *campus* Sumé, Paraíba, nas comemorações do Dia Mundial do Solo (2018).

Figura 34 - Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

LISTA DE ABREVIATURAS

ARCA: Associação dos Artesãos do Cariri Ocidental

CEP: Comitê de Ética em Pesquisa

CDSA: Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENAP: Escola Nacional de Administração Pública

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEPE: Instituto de Pesquisa e Formação Indígena

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FIDA: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

MINC: Ministério da Cultura

MS: Ministério da Saúde

ONU: Organização das Nações Unidas

PROCASE: Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú

PRODEMA: Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

SEAFDS: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido

SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SiBCS: Sistema Brasileiro de Classificação de Solos

SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUS: Sistema Único de Saúde

TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFMG: Universidade Federal de Campina Grande

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

UNESCO: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
2.1 ETNO: conhecimento e pedologia.....	16
2.2 As Mestras do Barro e suas percepções.....	18
2.3 O Olhar da Gestão Pública.....	20
3 REFERÊNCIAS	24
CAPÍTULO I	29
AS MESTRAS DO BARRO: a arte das louceiras do semiárido paraibano	29
RESUMO	30
ABSTRACT	30
INTRODUÇÃO	31
MATERIAL E MÉTODOS	33
Área de estudo	33
Público-Alvo e Amostragem	35
Metodologia.....	36
RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
Características socioeconômicas das louceiras.....	36
Processo Produtivo	40
Descontinuidade da atividade: dificuldades.....	41
CONCLUSÕES	47
REFERÊNCIAS	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
APÊNDICE 01 - FIGURAS	53
APÊNDICE 02 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA APLICADA	59
ANEXO 01 - TCLE – DAS LOUCEIRAS	60

1. INTRODUÇÃO GERAL

A formação, classificação e a produção agrícola dos solos são aspectos que mais frequentemente se manifestam nos trabalhos desenvolvidos pelas ciências do solo. Essa disposição observa-se igualmente nos estudos etnopedológicos. Em ambos os casos existe uma menor proporção de investigações relacionadas à descrição do uso de solos para fins não agrícolas (Alves, 2004; Minami, 2009). Entretanto, destaca Alves (2005), a diversidade de usos não agrícolas dos solos e terras é muito grande. Esse potencial parece ainda muito pouco explorado no Brasil, mesmo com sua imensa extensão territorial, diversidade cultural e população humana rural.

Através da abordagem etnopedológica, o estudo do conhecimento de populações locais sobre solos pode ser melhor compreendido, isso porque, a Etnopedologia objetiva, dentre outras coisas, analisar e entender as interfaces existentes entre os solos, a espécie humana e os outros componentes dos ecossistemas (Alves, 2005). Porém, informações coletadas junto às populações locais e a maneira como utilizam o solo, estão mais ligadas ao desenvolvimento da ciência formal. Na ciência do solo, o exemplo mais importante talvez esteja nos levantamentos realizados por Vasili Dokuchaev, que influenciaram a classificação de solos em muitos países (Krasilnikov e Tabor, 2003).

Por meio de investigações etnopedológicas é possível caracterizar e descrever o uso e manejo do solo sob a perspectiva daqueles que usam localmente esses recursos, possibilitando vultosas contribuições para o desenvolvimento da ciência do solo, além de fornecer subsídios para o delineamento de sistemas adaptados à realidade local. Além disso, poderá ser um instrumento para a valorização do patrimônio sócio-cultural relativo ao saber camponês sobre os solos (CABRAL, 2011).

Para Minami (2009), o solo possibilitou e promoveu uma grande variedade de culturas, civilizações e modos de vida ao longo da história. No contexto cultural, Houaiss e Vilar (2001) atribuem acepções relacionadas ao aspecto antropológico, mas também ligadas ao manejo do solo, de plantas e animais. Diante disso, percebe-se que o solo pode ser considerado não só como um corpo natural, mas também como um corpo sócio-cultural.

Por sua vez, Posey (1986) afirma que o conhecimento local é um sistema integrado de crenças e práticas características de grupos culturais diferentes, incluindo um conhecimento contextualizado e técnico, não sendo deste modo um simples contraponto do saber "científico", visto que também estão interligadas as habilidades sociais e políticas dos povos

(Alves., 2010). O uso de solo por populações agrícolas é um reflexo da habilidade e do conhecimento local e outros recursos, transmitido, geralmente de forma oral ao longo das gerações. A compreensão de significados locais sobre os diferentes aspectos relacionados ao solo, pode ser uma ferramenta enriquecedora nos levantamentos formais, permitindo adequações às demandas locais e auxiliando na integração dos sistemas de conhecimento científico e local (Braumoh, 2002; Alves, 2004).

Existe certa escassez na literatura pedológica e etnopedológica, quanto à descrição de solos voltados para práticas não agrícolas (Alves e Marques, 2005). O reconhecimento desses outros usos para o solo, tem requerido informações específicas (Marcos, 1992) e se apresentando como um campo promissor no âmbito das ciências do solo. Basher (1997) afirma que há uma necessidade de estabelecer relações entres cientistas e profissionais que estudam ou usam os solos, para fins agrícolas e não agrícolas, afim de ampliar as perspectivas da pedologia e aproximá-la de outros profissionais e da sociedade. Sendo assim, o estudo da utilização de solos para atividades artesanais, sob o ponto de vista pedológico e etnoecológico, é defendido por Toledo e Barrera-Bassols (2005) como espaços promissores para tal finalidade.

O conhecimento demonstrado pelos ceramistas paraibanas estudadas por Alves (2005), mostrou-se integrado a outros componentes do ecossistema, como distintas espécies de plantas, e a um sistema de crenças a respeito do barro, seu principal material bruto do solo utilizado e é, nesse contexto, que encontra-se a arte com terra traduzida na atividade das louceiras que modelam o barro, para confecção de artefatos domésticos e utilitários. Além de tratar-se de um processo de baixo custo e mínimo impacto ambiental, compreende produtos, técnicas e metodologias que objetivam a transformação social, colaborando de maneira criativa para a organização das comunidades, maximizando a autoestima e a renda dos envolvidos, sobretudo o universo feminino (Vital e Santos, 2017).

Acomodadas na categoria de artesão, as louceiras do semiárido paraibano não são beneficiadas com nenhum tipo de orientação, qualificação, estímulo ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de produção, apoio comercial, certificação de qualidade do artesanato, nem tão pouco divulgação, seja efêmera ou permanentemente, conforme prevê a Lei nº 13.180/2015 que regulamenta a profissão no país (BRASIL, 2015).

Sancionada, sem vetos, pela presidente Dilma Rousseff, o texto regulamenta como profissão, estabelece diretrizes para as políticas públicas dirigidas à categoria e define parâmetros para o exercício da atividade. São mais de 10 milhões de pessoas que representam quase 3% do Produto Interno Bruto, o PIB nacional. Dessas 10 milhões, 87% são mulheres. A

legislação define que o artesanato deve valorizar a identidade e a cultura nacionais, especifica a destinação de uma linha de crédito especial para financiar a comercialização da produção e a aquisição de matérias-primas e de equipamentos, e determina, ainda, a integração dessa atividade profissional com outros setores e programas de desenvolvimento econômico e social. A lei também permite o apoio comercial e a identificação de novos mercados internos e fora do país. Para isso, indica a criação de certificados de qualidade, que permitam agregar valor aos produtos e técnicas artesanais. A Lei define a criação de uma Escola Técnica Federal de Artesanato, dedicada exclusivamente ao desenvolvimento de programas de formação, e diz que, o artesão deverá ser identificado pela Carteira Nacional do Artesão, válida em todo o território nacional por, no mínimo, um ano, podendo ser renovada com a comprovação de contribuições para a Previdência Social (BRASIL, 2015).

Nesse cenário, esta pesquisa busca registrar e analisar o conhecimento das mulheres louceiras da comunidade Ligeiro de Baixo, Serra Branca, Paraíba, Brasil, sobre o uso do solo para fins artesanais, identificando as políticas públicas e dificuldades envolvidas nesse processo. Especificamente busca registrar o uso dos solos pelas louceiras de barro, descrever o processo de coleta e comercialização das louças, identificar os tipos de louças produzidas e seu destino final, por fim, registrar e avaliar as políticas públicas direcionadas à essa prática e seus impactos para as louceiras, buscando agregar valor e o interesse da sociedade, empoderando-a dos conhecimentos tradicionais e preservando a sua história cultural.

Este trabalho está estruturado na forma de um artigo intitulado “**AS MESTRAS DO BARRO: A arte das louceiras no Semiárido Paraibano**” e será submetido à Revista *Ethnoscientia*.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ETNO: conhecimento e pedologia

Solo, para Fanning e Fanning (1989), é uma palavra comum da língua portuguesa com etimologia variada e seus diferentes significados, variam da forma de pensar e agir de cada pessoa. A definição de solo depende da formação, da origem, costumes e valores de cada segmento social, assim como, cada profissional o percebe, segundo a função que lhe dá e sua representação. Para alguns, o solo é terra ou apenas chão. Para outros, é o recurso que fornece nutrientes e sustentação às plantas. Na verdade, o solo é mais que isso, é uma mistura complexa de materiais inorgânicos e resíduos orgânicos parcialmente decompostos com diferentes características como: espessura, profundidade, cor, textura, consistência, estrutura, água e ar (RESENDE, 1995).

Mais além, o solo é o sustentáculo da produção de alimentos e da vegetação em geral, o habitat de milhares de organismos, reservatório de água, de nutrientes, de carbono, além de ser base de matéria prima para diversas atividades humanas (TOMA, 2017). De forma natural, o solo é a parte superficial que recobre a terra, cuja transformação se dá por meio de processos de intemperismo aliado a atividade dos organismos ao longo do tempo (LIMA, 2001). Em uma percepção holística, enquanto organismo vivo, ele demora a nascer, não se reproduz e morre com facilidade (LIMA e LIMA, 2000).

O Sistema Brasileiro de Classificação de Solos – SiBCS (EMBRAPA, 2013) em consonância com o Soil Taxonomy (Soil Survey Staff, 1999), traduz e classifica o solo como:

uma coleção de corpos naturais, constituídos por partes sólidas, líquidas e gasosas, tridimensionais, dinâmicos, formados por materiais minerais e orgânicos que ocupam a maior parte do manto da superficial das extensões continentais do nosso planeta, contém matéria viva e podem ser vegetados na natureza onde ocorrem e, eventualmente, terem sido modificados por interferências antrópicas.

Nas últimas décadas percebe-se uma evolução nos estudos etnológicos, sobretudo no que se refere as ciências naturais, compondo um campo relativamente novo da ciência: a ‘etnociência’ (DIEGUES e ARRUDA, 2001), que instala seu objeto de estudo e método na fronteira entre as ciências naturais e sociais. No Brasil existe uma boa perspectiva para o seu

desenvolvimento, tendo em vista o país possuir uma das mais ricas biodiversidades do mundo e extraordinária riqueza cultural.

O prefixo "etno", quando associado ao nome de alguma disciplina acadêmica pré-existente, indica tentativas de articulação do conhecimento local com o conhecimento acadêmico ou formal (Alves et al., 2010). A "etnociência", surgiu a partir de meados do século XX, indicando uma nova abordagem antropológica, por meio do qual as culturas deixariam de ser vistas como um conjunto de artefatos e comportamentos, passando a ser considerados como sistemas de conhecimentos e/ou de aptidões mentais, tais como revelados pelas estruturas lingüísticas. A partir de então, o uso do termo original americano "ethnoscience", ficou vinculado a ideia do saber, como um conjunto de aptidões possíveis de serem transmitidas entre pessoas (Alves e Marques, 2005).

Na essência da etnociência, surge a etnobiologia, definida como o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia e do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes, com as básicas contribuições da sociolingüística, antropologia estrutural e antropologia cognitiva (POSEY, 1987).

Quanto a etnociência no Brasil, Amorozo e Gély (1988) indicam o uso do termo etnobotânica no país em 1895, mas a produção científica nessa área tomou impulso apenas na década de 1970, com um crescente número de trabalhos. Já em etnoictiologia o impulso ocorreu na década de 1990 (DIEGUES e ARRUDA, *op. cit.*), enquanto que em etnoornitologia a partir do ano 2000 (COSTA, 2008).

Nessa mesma linha, começaram a ser desenvolvidos os primeiros trabalhos relativos aos saberes locais sobre solos e ao emprego do termo etnopedologia (Williams e Ortiz Solorio 1981, Posey, 1986), como referência ao sistema de conhecimento e cognição, característico de uma cultura (ALVES, 2008), bem como, ao entendimento que um povo tem acerca dos recursos do solo, a partir de seus conhecimentos sobre a natureza e do resgate do sentimento de pertencimento, respeito e afetividade pela terra (MUGGLER, 2005). BARRIOS e TREJO (2003) dizem ser possível afirmar que, o conhecimento local sobre os solos baseia-se na experimentação, sensivelmente relacionado às condições socioculturais e climáticas em que a comunidade está inserida e que sua transmissão pode ser tanto oral quanto prática.

Em virtude do exposto e da multiplicidade de serviços ecossistêmicos, o solo precisa ser conhecido, valorizado, conservado, recuperado e protegido como um patrimônio coletivo e de responsabilidade de todos (MUGGLER, 2005).

Nesse contexto, encontra-se a arte com terra na atividade de ceramistas, que modelam o barro para confecção de artefatos domésticos destinados à múltiplas funções. Explica Vital e Santos (2017), que a confecção de louça de barro é um processo de baixo custo e mínimo impacto ambiental, compreendendo produtos, técnicas e metodologias que objetivam a transformação social, colaborando para organização das comunidades com o desenvolvimento da criatividade e culminando com a elevação da autoestima e da renda dos envolvidos, principalmente do universo feminino.

A arte da louça de barro é uma herança tupi-guarani impressa em várias gerações propiciando trabalho e renda. Reconhecido pelo Decreto Federal de nº 3.551/2000, de iniciativa do Ministério da Cultura (MINC) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), hoje é um bem cultural de natureza imaterial e um Patrimônio Cultural Brasileiro. A UNESCO (2017) reconhece que esses bens imateriais e/ou intangíveis constituem todas as expressões de vida, conhecimentos e tradições, que comunidades, grupos e indivíduos, em todas as partes do mundo, recebem de seus ancestrais e repassam à seus descendentes. Os ensinamentos e saberes despertam um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promoção do respeito à diversidade cultural e a criatividade humana (IEPE, 2006).

2.2 As Mestras do Barro e suas percepções

O homem descobriu ao longo do processo civilizatório, que o solo argiloso pode ser usado, tanto para cultivo de plantas, quanto como matéria-prima para fabricação de cerâmicas. Esses artefatos cerâmicos remontam ao Antigo Egito, Grécia, Império Romano, China, Idade Média e ao período Renascentista e variam, desde a mais delicada xícara, até a produção rústica de telhas, a partir da queima de diferentes tipos de barros (MARTIN, 1999).

A profissão de Artesão é oficialmente reconhecida no Brasil pela Lei nº 13.180/2015 e defende, dentre suas diretrizes, a qualificação permanente e o estímulo ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de produção, o apoio comercial, a certificação da qualidade do artesanato, agregação de valor aos produtos e suas técnicas artesanais e a divulgação do artesanato (BRASIL, 2015), dentre outras não menos relevantes.

De acordo com a Base Conceitual do Artesanato Brasileiro, definida na Portaria nº 29/2010, o artesanato tradicional configura-se como o conjunto de artefatos expressivos da

cultura de um determinado grupo, representando suas tradições incorporadas à vida cotidiana como parte indissociável de seus usos e costumes. A produção originária da família ou da comunidade, favorece a transferência de conhecimento e técnica, e o seu valor cultural, dá-se pela preservação e memória dessa comunidade (BRASIL, 2010).

Quanto a “percepção”, Marin (2008) a define como *“um ato ou efeito de perceber, combinação dos sentidos no reconhecimento do objeto”*. Já “percepção ambiental” é defendida por Trigueiro (2003), *“como a tomada de consciência pelo homem do ambiente em que está localizado, utilizando os recursos naturais de forma sustentável”*, relacionando qualidade de vida e bem-estar social, o que configura uma perspectiva ecológica, sociológica e ecológica (OKAMOTO, 1996). Por sua vez, a relevância de avaliar a percepção das artesãs com o solo, se dá para compreender a racionalidade ambiental do grupo, atrelada à sua produção (MARTINEZ, et. al. 2013) e sua melhoria de qualidade social, ambiental e econômica (OLIVEIRA, 2006).

Os ceramistas utilizam vários tipos de matérias-primas naturais, como argilas e areias (Ramos-Galicia, 2003). A plasticidade da pasta cerâmica é alcançada, geralmente, com um material extraído do Planossolo, denominado *“barro ou barro de louça”* (Alves, 2005), e/ou *“barro de louça”* (Queiroz e Norton, 1992).

São consideradas ceramistas locais ou louceiras, as pessoas que atuam direta e regularmente na modelagem de cerâmica utilitária para venda. Em sua larga maioria, são camponesas minifundiárias, com atividade produtiva concentrada em roçados (policultura alimentar), cerâmica utilitária (louça de barro) e criação de animais de pequeno porte. A modelagem da louça de barro é feita artesanalmente dentro das residências das artesãs e a grande parte das atribuições são majoritariamente femininas, inclusive a detecção do local de coleta e, por vezes, a própria coleta da matéria prima utilizada (ALVES, 2005).

Vários estados brasileiros mantêm uma grande produção de objetos de barro. No Nordeste, notadamente em comunidades rurais, as inclinações na produção são para objetos religiosos, decorativos e utilitários, porém, sem grande visibilidade (VITAL, 2014). Dentre esses, a Comunidade Rural do Ligeiro de Baixo, localizada a 7 km do município de Serra Branca, no Estado da Paraíba.

Desenvolvida diretamente com 06 louceiras de famílias de agricultores, camponeses e parentes entre si, a pesquisa relata a rotina de Dona Quitéria, 91 anos; Francisca, 92 anos; Raimunda, 84 anos; Elisabeth, 67 anos; Maria José, 59 anos; Vera Lúcia, 49 anos e Maria de Fátima, 56 anos), desde a coleta do material até sua comercialização.

LIMA (2006) e LEPSH (2002) esclarecem que “*não é qualquer barro que serve para fazer louça*”. Essa afirmação confirma-se empiricamente pela experiência de vida e ancestralidade das louceiras que reconhecem visualmente o local e se utilizam de um pedaço de galho de “*marmeleiro*”¹, para tocar a primeira camada do “*barranco*”. Em seguida, experimentam a qualidade do barro esfregando-o entre os dedos (polegar e indicador), sentindo a textura, a liga e a presença de areia. Aprovado, “*o bom barranco*” é camuflado com plantas rasteiras e galhos.

Nas primeiras horas do dia, a rotina simples e o ritmo de trabalho iniciam-se com a coleta da matéria prima no barranco, sequenciada da constante batida/sovada nesta matéria, até sua homogeneidade e maleabilidade. Em seguida, o material é peneirado para retirada de pedras e/ou outros materiais orgânicos. Após esse processo, passa-se à modelagem e secagem das peças que são levadas ao quintal das residências para, finalmente queima, em fornos integralmente rústicos. Quanto ao resfriamento, este ocorre naturalmente durante a noite e em temperatura ambiente.

2.3 O Olhar da Gestão Pública

Objetivando alcançar um Estado mais eficiente, desde a década de 90, o Brasil iniciou uma caminhada rumo a modernização da gestão pública, em um processo de atualização que tem se fortalecido cada vez mais, sobretudo com a troca de informações sobre experiências de melhores práticas (LINS & MIRON, 2009). Ampliar sistematicamente as oportunidades individuais, institucionais e regionais, por meio de um governo e de uma administração pública eficaz e eficiente, é função fundamental do Estado na contemporaneidade (Matias-Pereira, 2010). Porém, Kickert e Stillmann (1999), admitem que a gestão pública ultrapassa a questão de eficiência e eficácia, necessitando abranger igualmente a questão da legalidade e legitimidade, transcendendo os padrões internos para os padrões externos [...], com uma visão multidisciplinar dos campos da Ciência Política, Administração, Economia, Contabilidade, Sociologia, Direito, Meio Ambiente, Turismo, entre outros.

Nesse mesmo período, ao passo em que a democracia se consolidava como princípio fundamental do sistema político, após a queda do regime militar, o termo *accountability*

¹ Croton blanchetianus Baill, espécie de arbusto predominante da caatinga.

começa a ganhar força no país, com a literatura cercada pelos termos controle social, transparência, participação e a própria democratização do Estado (MEDEIROS, ILINSKY, SILVA, 2013). Contudo para Trosa (2010), o termo *accountability* é utilizado no Brasil como uma visão moderna de “responsabilidade”, significando tanto uma “obrigação de prestar contas” quanto “ser responsável por”, gerando um sentimento de pertencimento onde, cada indivíduo faz parte do todo e da solução dos problemas.

Nesse sentido, cabe destacar o papel e a responsabilidade das lideranças políticas (de onde partem as iniciativas e os recursos) quanto a sua capacidade de articular e coordenar os esforços e interesses coletivos. Para Fauré e Hasenclever (2007) e Dubresson e Fauré (2005), a capacidade de negociação e coordenação, depende boa parte dos resultados de um programa de desenvolvimento em qualquer escala, ou seja, da capacidade de governança, que por sua vez envolve a capacidade de mobilização das lideranças e seus esforços por aprimorar os meios de interlocução e de administração dos conflitos de interesses, a participação dos atores sociais e sua capacidade de cobrar, assumir e respeitar compromissos na implementação das políticas e na consecução das metas coletivas, e a confiança de que os esforços configurarão resultados de proveito coletivo (DINIZ, 2007; FAURÉ e HASENCLEVER, 2007).

Estudos sobre as experiências de gestão pública pautadas na noção do desenvolvimento local no Brasil apontam:

a governança como o calcanhar de Aquiles no desempenho das iniciativas de desenvolvimento local: institucionalizar mecanismos de participação espontânea dos atores sociais, de organização e representação dos seus interesses, de cooperação em prol de objetivos comuns e de controle social, num país em que a gestão pública foi historicamente marcada pelo centralismo, pelo autoritarismo, pelo clientelismo e pela débil relação do Estado com a sociedade (COSTA e FERREIRA, 2010).

Albuquerque (2004) fala da necessidade de construção de pactos suprapartidários, e é justamente nessa linha que surge, no ano de 2000, o “Pacto Novo Cariri”. Trata-se de um instrumento de política pública do Estado da Paraíba, que, a exemplo de outras iniciativas bem-sucedidas de gestão pública, (SIMIELLI, 2008; REBOUÇAS, 1999), buscou inovar suas formas de intervenção, incorporando os ideais de desenvolvimento sustentável na ação de planejamento, enfrentamento do desemprego e da pobreza absoluta na região, a partir do aproveitamento de suas potencialidades econômicas, culturais e geográficas, e das ações discutidas e priorizadas pelos próprios agentes econômicos e sociais das diversas comunidades.

Uma das linhas do Pacto Novo Cariri foi desenvolvida pelo SEBRAE por meio do “Programa de Artesanato da Cerâmica no Semi-árido”, envolvendo mais de 60 artesãos nas regiões pólo de Cajazeiras, Vale do Piranhas/Rio do Peixe, Vale do Piancó, Vale do Sabugi/Espinharas, Serra do Teixeira e Cariri. Esses artesãos receberam cursos com informações sobre associativismo, gestão, qualidade dos produtos e ações para geração de negócios sustentáveis, valendo-se de uma estrutura de busca do barateamento dos custos com a compra da lenha (quando necessário), investimentos de estruturação das unidades produtoras e a orientação ecologicamente responsável da exploração do barro (AUNIÃO, 2008). Os cursos oferecidos contribuíram para agregar novos elementos e formas às peças de barro. Além disso, receberam apoio para participar de feiras de negócios e salões de artesanato em todo o País, divulgando o seu trabalho e fortalecendo a renda familiar. (AUNIÃO, 2008).

Para as louceiras do Ligeiro de Baixo isso só foi possível quando passaram a trabalhar de forma cooperada, através da Associação dos Artesãos do Cariri Ocidental (ARCA). A partir de então, perceberam que juntas e organizadas, poderiam tornar a atividade reconhecida e gerar mais renda. A iniciativa ratifica o pensamento de Costa e Ferreira (2010) de que, o modelo produtivo pautado no cooperativismo, numa região em que a experiência já se fazia presente, mesmo que em patamares muito baixos, serviu de base para o planejamento das ações, que passaram a ser discutidas com a comunidade.

Dados recentes do IBGE (2017), apontam que cerca de 10 milhões de brasileiros vivem de artesanato, um segmento que movimenta R\$ 50 bilhões de reais por ano e está presente em mais de 70% dos municípios brasileiros, contribuindo para a preservação e valorização de elementos típicos das culturas locais.

No município de Serra Branca, Paraíba, o salário médio mensal é de 1,4 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total é de 6,8% (928 pessoas). Na comparação com os outros municípios do estado, esses números ocupam as posições 190 de 223 e 146 de 223, respectivamente (IBGE, 2017). Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, 47,7% da população estão nessas condições, o que coloca o município na posição 181 de 223 dentre os demais do estado.

Embora o Ministério do Turismo tenha regulamentado a profissão em outubro de 2015, estabelecendo diretrizes para as políticas públicas de fomento à profissão, instituindo a carteira profissional para a categoria e autorizando o poder Executivo a dar apoio profissional aos artesãos, o IBGE (2017) indica, no item “MUNIC - Suplemento Inclusão Produtiva”, que

o município de Serra Branca não possui ações, programas ou projetos de inclusão produtiva para geração de trabalho e renda, não fomenta o artesanato, nem tão pouco possui Secretaria, conselho ou órgão Municipal da Cultura, nem desenvolve programa ou ação para produção cultural/local autossustentável ou culturas populares, embora a atividade com “barro” seja citada entre as principais atividades artesanais do município (item “MUNIC – Cultura”).

Atualmente, as louceiras não participam de nenhum processo associativista, e, nesse contexto, cabe salientar a importância do envolvimento político dos gestores públicos, quanto a sua capacidade de diálogo na construção de um consenso entre todos os atores sociais e a própria capacidade técnica das lideranças responsáveis (Costa e Ferreira, 2010), associados ou não.

Por outro lado, a necessidade de institucionalização das iniciativas de desenvolvimento local, está relacionada à própria consolidação de uma cultura de gestão democrática e à criação de instrumentos efetivos de dinamização econômica, de modo que as iniciativas não sejam travancadas nem sofram as discontinuidades provenientes da interferência das disputas e diferenças eleitorais e partidárias.

O bom uso que se pode fazer dos recursos municipais requer articulação com os programas e instrumentos de promoção emanados do nível estadual e federal, da mesma maneira que suas iniciativas não devem estar restritas aos mercados locais e contar apenas com os recursos locais (BARQUERO, 2001).

Dá a importância de pensar desenvolvimento de forma integrada, estimulando a capacidade e a diversidade produtiva e de geração de empregos no enorme desafio de reduzir as desigualdades econômicas entre os municípios e regiões.

3. REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, F. **Local economic development and decentralization in Latin America.** Cepal Review, n. 82, p. 155- 169, April 2004. In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania / v. 15, n. 56 • São Paulo: 2010. ISSN 1806-2261>Acesso em: Ago.2018.

ALVES, A. G. C. **Do “Barro de Loíça” à “Loíça de Barro”: caracterização etnopedológica de um artesanato camponês no Agreste Paraibano** 2004. 197 p. (Doutor). Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

ALVES, A. G. C. et. al. **Caracterização etnopedológica de Planossolos utilizados em cerâmica artesanal no Agreste Paraibano.** Revista Brasileira de Ciências do Solo, v.29, n.3, 2005.

ALVES, A.G.C.; MARQUES, J.G.W. **Etnopedologia: uma nova disciplina?** In: VIDAL-TORRADO, P. et. al. **Tópicos em ciência do solo.** Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, v.4, cap.8, p.321-344, 2005.

ALVES, A. G. C.; QUEIROZ, S. B.; SILVA, I. F.; RIBEIRO, M.R. **Sodium-affected Alfisols of the agreste region, state of Paraíba, Brazil, as known by potter-farmers and agronomists.** Scientia Agricola (Piracicaba, Braz.), v. 64, n. 5, p. 495-505, September/October 2007.

ALVES, A.G.C. **Pesquisando pesquisadores: aspectos epistemológicos na pesquisa etnoecológica.** In: LX Reunião Anual da SBPC, 2008, Campinas. Registro da LX Reunião Anual da SBPC. Unicamp: SBPC, 2008.

ALVES, A. G. C.; PIRES, D. A. F.; RIBEIRO, M. N. **Conhecimento local e produção animal: uma perspectiva baseada na etnozootecnia.** Arch. Zootec., v. 59, p. 45-56, 2010.

AMOROZO, M. e GÉLY, A. **Uso de plantas por caboclos do baixo Amazonas, Barcarena.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, v. 4, n.1. Série Botânica. Belém: MPEG, 1988. Disponível em: Revista Didática Sistêmica, ISSN 1809-3108, Volume 8, julho a dezembro de 2008>Acesso em Fev.2019.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização.** Porto Alegre: FEE/RS; UFRGS, 2001. Cadernos Gestão Pública e Cidadania / v. 15, n. 56 • São Paulo: 2010. ISSN 1806-2261>Acesso em: Ago.2018.

BARRERA-BASSOLS, N.; TOLEDO, V. M. **Ethnoecology of the Yucatec Maya: symbolism, knowledge and management of natural resources.** Journal of Latin American Geography, v. 4, n. 1, p. 9-41, 2005.

BARRIOS, E.; TREJO, M. T. **Implications of local soil knowledge for integrated soil management in Latin America.** Geoderma, v.111, n. 3-4, p. 217-231. 2003.

BASHER, L. R. **Is pedology dead and buried?** Australian Journal of Soil Research, v. 35, 1997.

BRAIMOH, A. K. **Integrating indigenous knowledge and soil science to develop a national soil classification system for Nigeria.** *Agriculture and Human Values* v. 19, p. 75–80, 2002.

BRASIL. Decreto nº 3.551 de 04 de agosto de 2000. **Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Cria o programa Nacional do Patrimônio Imaterial.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso em: Ago.2018.

BRASIL. Portaria nº 29 de 05 de outubro de 2010. **Tornar pública a base conceitual do artesanato brasileiro na forma de anexo.** *Diário Oficial da União, Brasília, DF, n.192, p.100-102, Seção 1.* 2010.

BRASIL, Lei 13.180/2015. **Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências 2015.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_Leis.htm> Acesso em: Ago.2018.

CABRAL, R. L.. **Uso e Conhecimento do Solo por Artesãos Camponeses no Agreste Pernambucano: uma Abordagem Etnopedológica.** Dissertação de Mestrado, UFPE, 2011.
 COSTA, M. da Silva; FERREIRA, M. R. de L.. **Desenvolvimento local e participação popular: a experiência do Pacto do Novo Cariri.** *Cadernos Gestão Pública e Cidadania, [S.l.], v. 15, n. 56, jan. 2010. ISSN 2236-5710.* Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3201/2094>>. Acesso em: Ago. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v15n56.3201>.

COSTA, R.G.A. **Pássaros curandeiros: uma visão etnobiológica do sertanejo.** *Atualidades Ornitológicas* nº 127, 2004. Disponível em: *Revista Didática Sistemática, ISSN 1809-3108, Volume 8, julho a dezembro de 2008*>Acesso em Fev.2019.

de MEDEIROS, Anny Karine; ILINSKY Crantschaninov, Tamara; da SILVA, Fernanda Cristina. **Estudos sobre accountability no Brasil: meta-análise de periódicos brasileiros das áreas de administração, administração pública, ciência política e ciências sociais.** *Revista de Administração Pública - RAP, vol. 47, núm. 3, mayo-junio, 2013, pp. 745-775.* Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas. Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n3/a07v41n3.pdf> > Acesso em: Ago.2018.

DIEGUE, A.C. e ARRUDA, R.S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: MMA; São Paulo: USP, 2001. Disponível em: *Revista Didática Sistemática, ISSN 1809-3108, Volume 8, julho a dezembro de 2008*>Acesso em Fev.2019.

DINIZ, E. **O pós-consenso de Washington: globalização, Estado e governabilidade reexaminados.** In: DINIZ, E. (Org.) *Globalização, Estado e desenvolvimento.* Rio de Janeiro. Editora FGV, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3201/2094>>Acesso em: Ago. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v15n56.3201>.

DUBRESSON, A.; FAURÉ, Y.-A. **Décentralisation et développement local: um lien à penser.** In: *Tiers-Monde, v. 46, n. 181, p. 7-20, 2005.* Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3201/2094>>. Acesso em: Ago. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v15n56.3201>.

EMBRAPA. **Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 2. Ed. Brasília: Embrapa Produção de Informação; Rio de Janeiro, Embrapa Solos, 2013. Disponível em: <https://www.embrapa.br/solos/sibcs>> Acesso em: Ago. 2018.

FANNING, D. S.; FANNING, M. C. B. **SOIL - Morphology, Genesis and Classification**. New York: John Wiley and Sons, 1989.

FAUNA E FLORA. Disponível em: <http://faunaefloradorn.blogspot.com/2017/03/marmeleiro-da-caatinga-croton-cf.html>>Acesso em Set.2018.

FAURÉ, Y.-A.; HASENCLEVER, L. **Caleidoscópio do desenvolvimento local no Brasil: diversidade das abordagens e das experiências**. In. FAURÉ, Y.-A.; HASENCLEVER, L. (Org.) Rio de Janeiro: E-papers, 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/3201/2094>>Acesso em: Ago. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v15n56.3201>.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IEPÉ. **Patrimônio Cultural Imaterial e povos indígenas**. 2006. Disponível em: <http://www.institutoiepe.org.br/media/livros/livropatrimonio_cultural_imaterial_e_povos_indigenas-baixa_resolucao.pdf>Acesso em: Ago.2018.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/>> Acesso em: Ago.2018.

JORNAL A UNIÃO. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/>> Acesso em Set.2018.

KICKERT, Walter J.M.; STILLMANN (Ed.). **The modern State and its study: new administrative sciences in a changing Europe and United States**. Cheltenham, UK, Northampton, MA: Edward Elgar, 1999.

KRASILINOV, P. V.; TABOR, J. A. **Perspectives on utilitarian ethnopedology**. *Geoderma*, v. 111, n. 3-4, p. 197-215, 2003.

LEPSCH, I. F. **Formação e Conservação dos Solos**. Oficina de Textos, São Paulo. 192p. 2002.

LINS, João & MIRON, Paulo (coord.). **Gestão Pública – Melhores Práticas – São Paulo: Quartier Latin**, 2009.

LIMA, V. C.; LIMA, J. M. J. C. **Fundamentos de pedologia**. Curitiba: UFPR, 2000.

LIMA, V. C. **Fundamentos de pedologia**. Curitiba, Universidade Federal de Paraná, Setor de Ciências Agrárias, Departamento de Solos, 343p. 2001.

- LIMA, R. G. **O Povo do Candeal: sentidos e percursos da louça de barro**. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. UFRJ, IFCS. Rio de Janeiro: 2006.
- MARCOS, Z. Z. **Ensaio sobre epistemologia pedológica**. Cah. O.R.S.T.O.M., Serie Pedologia, v. XIX, n. 1, p. 5-28, 1992.
- MARIN, A. A. **Pesquisa em educação ambiental e percepção ambiental**. Revista Pesquisa em Educação Ambiental, vol.3, n.1, p.203–222. 2008.
- MARTIN, G. **Pré-história do nordeste do Brasil**, 3ª Ed. Universitária UFPE: Recife, 1999.
- MARTINEZ, E. A. et. al. **Agricultura e ambiente: a percepção de agricultores de base familiar em diferentes agroecossistemas no território zona sul do Rio Grande do Sul**. Anais congresso (Cadernos de Agroecologia), v.8, n.2, 2013. Disponível em: <<http://www.abaagroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/13466>> Acesso em set. 2018.
- Matias-Pereira, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea – 3.ed. – São Paulo: Atlas, 2010.**
- MINAMI, K. **Soil and humanity: Culture, civilization, livelihood and health**. *Soil Science and Plant Nutrition*, v. 55, p. 603–615 2009.
- MINC. **Sistema nacional de cultura. 2009**. Disponível em: <www.minc.gov.br> Acesso em: Ago.2018.
- MUGGLER, C. C.; PINTO SOBRINHO, F. de A.; MACHADO, V. A. **Educação em solos: princípios, teoria e métodos**. Revista Brasileira de Ciência do Solo, Viçosa, v.30, n.4, p.733-740. 2005.
- OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento**. São Paulo: Editora Plêiade, 1996.
- OLIVEIRA, N. A. da. S. **A Educação Ambiental e percepção fenomenológica**. Curitiba-PR, 2006.
- PAB. **Programa do Artesanato Brasileiro: Base Conceitual do Artesanato Brasileiro**. 2012. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/dwnl_1347644592.pdf> Acesso em: set. 2018.
- POSEY, D. A. **Etnobiologia: Teoria e Prática**. In: RIBEIRO, B. (Ed.). **Suma Etnológica Brasileira**. Petrópolis: Vozes, v.1. Etnobiologia, 1986.
- QUEIROZ, J. S.; NORTON, B. E. **An assessment of an indigenous soil classification used in the caatinga region of Ceará State, Northeast Brazil**. *Agricultural Systems*, v. 39, p. 289-305, 1992.
- QUEIROZ, J. S. **The Acarau Valley in Northeast Brazil: vegetation, soils and land-use**. 1985. 201 (Doutorado). Department of Range Science, Utah State University, Logan.

RAMOS-GALICIA, Y. et al. **Comales of Tzompantepec and paleosols: a case study.** Revista Mexicana de Ciencias Geológicas, v. 20, n. 3, p. 263-269, 2003.

REBOUÇAS, O. et al. **Gestão Compartilhada – O Pacto do Ceará.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999. In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 13, n. 52, p. 43-54, jan./jun. 2008. ISSN 1806-2261>Acesso em: Ago.2018.

RESENDE, M.; CURI, N.; RESENDE, S. B.; CORRÊA, G. F. **Pedologia: base para distinção de ambientes.** Viçosa, MG, NEPUT, 304p. 1995.

SIMIELLI, L. H. **Sobral: a definição das políticas públicas a partir da participação popular.** In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 13, n. 52, p. 43-54, jan./jun. 2008. ISSN 1806-2261>Acesso em: Ago.2018.

STAFF, S. S. **Soil Taxonomy: a basic system of soil classification for making and interpreting soil surveys.** Washington: Department of Agriculture. Natural Resources Conservation Service (USDA. Agricultural Handbook, 436) 1999.

TOMA, M. A., BOAS, R. C. V.; MOREIRA, F. M. S. **Conhecendo a vida no solo,** v. 1/Solos. LAVRAS – Ed. UFLA. 32 p. 2017.

TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento.** Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

TROSA, Sylvie. **Gestão pública por resultado: quando o Estado se compromete.** Tradução: Maria Luíza de Carvalho. 1º reimpressão, outubro de 2010. Rio de Janeiro; Revan; Brasília, DF; ENAP, 2001. 320p.

UNESCO. **Patrimônio Cultural Imaterial.** 2017. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-heritage/>>. Acesso em: Ago.2018.

VITAL, A. de F. M. **Revista Boca Escancarada.** 2014.

VITAL, A. F. M.; SANTOS, R. V. **Solos, da educação à conservação: ações extensionistas.** Tegra: Maceió. 2017.

WILLIAMS, B. J.; ORTIZ-SOLORIO, C. A. Middle American Folk Soil Taxonomy. **Annals of the Association of American Geographers,** v. 71, n. 3, p. 335-358, Sep. 1981.

CAPÍTULO 1

AS MESTRAS DO BARRO: A arte das louceiras no Semiárido Paraibano

Ana Paula Gonçalves Leite, Reinaldo Farias Paiva de Lucena e Adriana de Fátima Meira Vital

Artigo a ser submetido à Revista Ethnoscience

AS MESTRAS DO BARRO: A arte das louceiras no Semiárido Paraibano

Ana Paula Gonçalves Leite, Reinaldo Farias Paiva de Lucena e Adriana de Fátima Meira Vital

RESUMO

Um dos espaços mais prósperos para estudos etno-pedológico e ecológico é a utilização dos solos para atividades artesanais. Vários estados brasileiros registram uma grande produção de objetos em barro, porém essa cultura não tem recebido atenção apropriada. O objetivo da pesquisa é registrar e analisar o conhecimento das mulheres louceiras da comunidade Ligeiro de Baixo, Serra Branca, Paraíba, Brasil, sobre o uso do solo para fins artesanais, identificando as políticas públicas de apoio e incentivo, seu impacto para as louceiras e as dificuldades no processo da coleta, produção e comercialização. Os dados foram coletados por observação direta, entrevista semiestruturada e diálogo informal. Foram entrevistadas 06 louceiras diretamente. Ainda que detenham o conhecimento dos mais experientes, a nova geração não demonstra interesse na continuidade da atividade sobretudo pela desvalorização cultural, político-social e econômica. Tornam-se urgentes gestões mais participativas e ações em educação e cultura para o despertar da sociedade e a preservação desse conhecimento tradicional que traduz toda história de um povo.

Palavras chave: louceiras, barro, políticas públicas.

ABSTRACT

One of the most prosperous spaces for ethno pedological and ecological studies is the use of soils for handicraft activities. Several Brazilian States record a large production of clay objects, however this culture has not received appropriate attention from public management. Thus, the goal of this research is to register and analyze the knowledge of crockery maker women in the community Ligeiro de Baixo, Serra Branca, Paraíba, Brasil, about the use of soil for commercial purposes, identifying the public policies of support and incentive, its impact for the crockery makers and difficulties in the collection, production and marketing process. Data were collected by direct observation, semi-structured interview and informal dialogue. Six crockery makers were interviewed directly. Although retaining the knowledge of the most experienced, the new generation shows no interest in the continuity of the activity, mainly due to cultural, political-social and economic devaluation. More participatory management becomes urgent, as well as actions in education and culture, for the awakening of society and the preservation of this traditional knowledge that translates the whole history of a people.

Key words: crockery makers, clay, public policies.

INTRODUÇÃO

Embora haja uma diversidade enorme de uso não agrícola do solo (Alves, 2004; Minami, 2009), os estudos das Ciências dos Solos e da Etnopedologia não direcionam grandes esforços para tal, mesmo em um país com uma população rural considerável, de enorme extensão territorial e com grande diversidade cultural como o Brasil (ALVES, 2005).

Conhecer as populações locais e suas percepções sobre o solo, possibilita a caracterização e descrição do seu uso e manejo por aqueles que usam localmente esse recurso, contribuindo para o desenvolvimento da ciência do solo e fornecendo subsídios para um esboço de sistemas adaptados à realidade local, tornando-se um instrumento de valorização do patrimônio sócio-cultural (CABRAL, 2011).

Posey (1996) acrescenta que, a integração de práticas e crenças características de diferentes grupos culturais, inclui um conhecimento técnico e contextualizado, interligado à habilidades sociais e políticas desses povos (ALVES, 2010), geralmente transmitido de forma oral ao longo de gerações. Por isso, faz-se necessário o estreitamento das relações entre cientistas e profissionais que estudam ou usam os solos para fins agrícolas e não agrícolas objetivando ampliar e aproximar as perspectivas da pedologia dos demais profissionais e da sociedade (BASHER, 1997).

Um dos espaços mais prósperos para estudos etno, quer seja pedológico ou ecológico, é a utilização dos solos para atividades artesanais (TOLEDO E BARRERA-BASSOLS, 2005). Existe uma grande produção de objetos em barro ocorrendo em vários estados brasileiros, sobretudo com temática religiosa, decorativa e utilitária, porém sem grande ou nenhuma visibilidade (VITAL, 2014).

De maneira mais específica, os estudos de Alves (2005) mostram o conhecimento sofisticado e integrado das ceramistas paraibanas, que produzem arte com o solo. Dentre elas estão as louceiras de Ligeiro de Baixo, comunidade rural do município de Serra Branca, região do Cariri, Paraíba, Brasil. Essas mulheres modelam o barro utilizando produtos, técnicas e metodologias com fins de transformação social, realizando um processo de baixo custo e mínimo impacto ambiental, colaborando para organização da comunidade com desenvolvimento da criatividade e a elevação da autoestima dos envolvidos, além de proporcionar elevação de sua renda (VITAL E SANTOS, 2017).

Ainda que acomodadas na categoria de artesão, por meio da Lei nº 13.180 (BRASIL, 2015), as louceiras do semiárido paraibano não recebem nenhum tipo de orientação,

qualificação, estímulo, aperfeiçoamento de métodos, apoio comercial nem divulgação de sua arte por parte da gestão pública.

Expandir as oportunidades individuais, institucionais e regionais, é função primordial de uma gestão pública contemporânea (Matias-Pereira, 2010), desde que os gestores compreendam que governar supera o cumprimento aos princípios básicos da administração pública, ultrapassando os padrões internos, exigindo uma visão multidisciplinar dos campos da Ciência Política, Administração, Economia, Contabilidade, Sociologia, Direito, Meio Ambiente, Cultura e Turismo (KICKERT E STILLMANN, 1999).

Buscando despertar o interesse das novas gerações e a responsabilidade da gestão pública, o estudo busca empoderar a sociedade com os conhecimentos tradicionais das louceiras, preservando a história cultural da arte com barro que elas desenvolvem, registrando e analisando o conhecimento das mulheres louceiras da comunidade Ligeiro de Baixo, sobre o uso do solo para fins comerciais, identificando as políticas públicas e dificuldades envolvidas nesse processo. Especificamente procura investigar o uso dos solos, identificar os tipos de louças produzidas e seu destino final, registrar e avaliar as políticas públicas direcionadas e seus impactos para as louceiras, partindo da hipótese da desvalorização cultural, político-social e econômica da atividade, ocasionando, possível e conseqüentemente, sua descontinuidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Área de Estudo

O estudo foi realizado na comunidade rural Ligeiro de Baixo, distante 7 km da sede do município de Serra Branca, localizado na Região Semiárida, Mesorregião da Borborema e Microrregião do Cariri Ocidental no Estado da Paraíba, com Latitude: 07° 29' 00" S, Longitude: 36° 39' 54" W e 493 m acima do nível do mar (IBGE, 2010).

Ainda, segundo o IBGE (2017), sua população é de 13.707, sendo 7.018 (51,2%) feminina e 6.689 (48,8%) masculina. Distante 231,5 km da capital do Estado João Pessoa, possui uma área territorial de 704,6 km² e limita-se com os municípios de Sumé (32km), Coxixola (18km), São José dos Cordeiros (19km), Parari (18km) e São João do Cariri (17,5km).

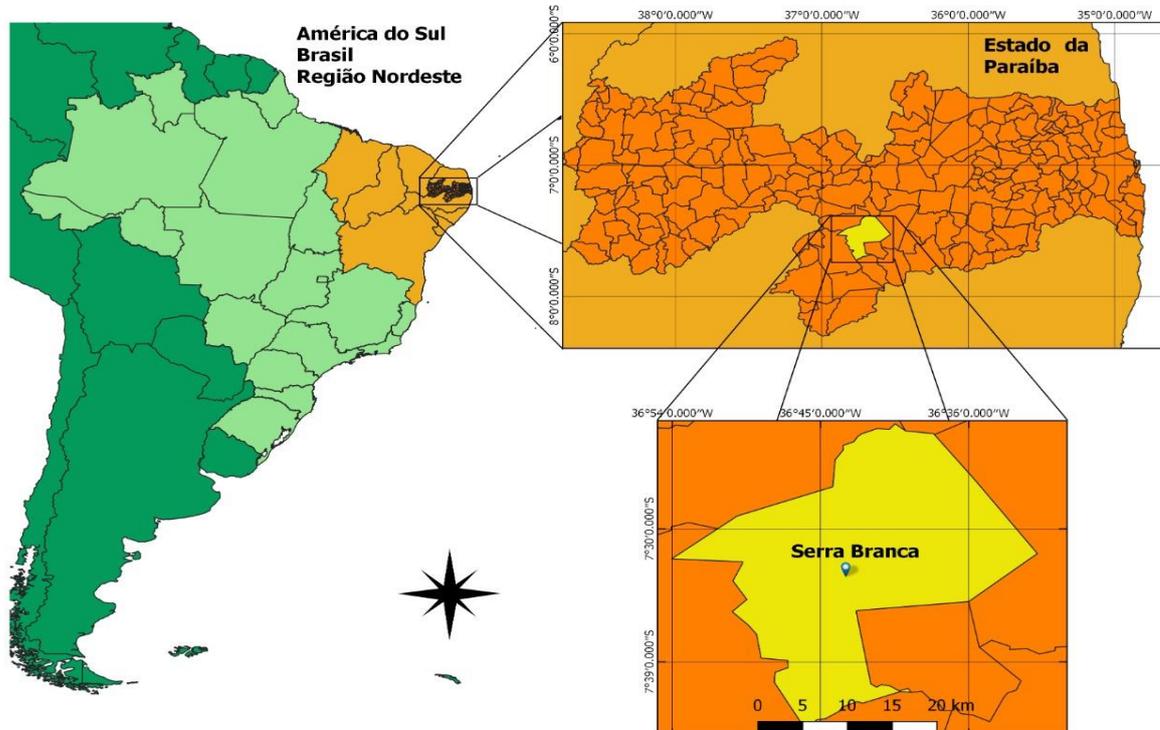


FIGURA 1 – Localização do município de Serra Branca, Paraíba, Nordeste do Brasil

Mapa: Ezequiel da Costa Ferreira (2019)

De clima semiárido quente, a temperatura anual oscila entre 18 ° e 35° C, apresentando predominantemente uma vegetação de Caatinga, variando entre hiperxerófila e arbustiva aberta, com presença de plantas espinhosas, cactáceas e bromeliáceas. O relevo apresenta forma ondulado e ondulado suave, com declives variando entre 2 a 12%, vertentes longas e índice erosivo acentuado em virtude da ação antrópica. A sudoeste da área estudada, o relevo é ondulado e forte ondulado, possuindo alguns pontos montanhosos (BRASIL, 1972).

Sua principal atividade econômica é a agropecuária, com predominância do cultivo e colheita de feijão, milho, melancia, tomate e batata doce (agricultura), e efetivo de caprinos, ovinos, galinhas (e seus derivados), peixe/tilápia e bovino (e seus derivados), na pecuária (IBGE, 2016).

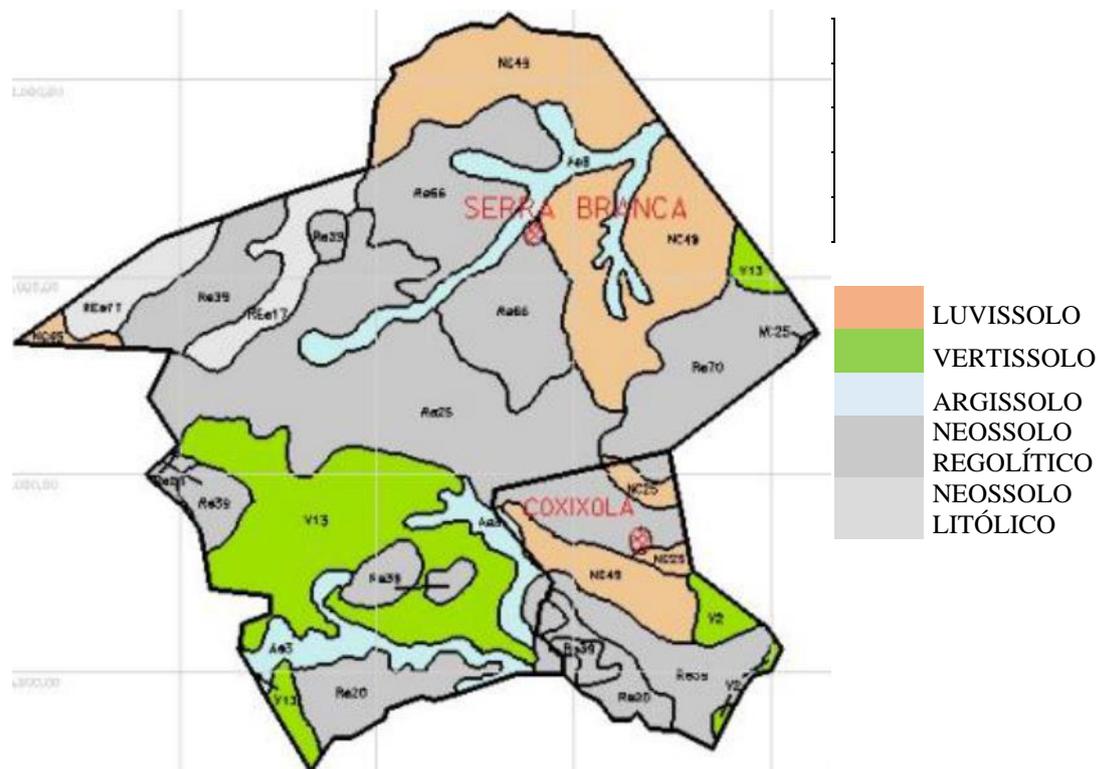


FIGURA 2 – Mapa de classificação dos solos da região

FONTE: Brasil (1972), Paraíba (1978), adaptado

De acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação do Solo (EMBRAPA, 2013), os solos da região são classificados como: Luvissole com manchas, Vertissolo, Neossolo, Argissolo e Afloramentos de rochas.

Público-Alvo e Amostragem

A pesquisa foi realizada com 100% (06 seis) das louceiras residentes na comunidade rural Ligeiro de Baixo.

A triagem ocorreu pelo método Bola de Neve “*Snow Ball*” (BAILEY, 1994) incidindo em uma amostragem não-probabilística (ALBUQUERQUE et al., 2010), selecionando o público-alvo de forma intencional. O primeiro contato aconteceu na companhia de um grupo de alunos do curso de Agroecologia do *campus* CDSA/UFCG (Sumé, Paraíba) que participara de aula de campo sobre o tema (solo).

A intenção foi estabelecer um diálogo informal e uma relação de confiança, não somente com as mulheres louceiras mas com toda família. As visitas posteriores iniciaram com a louceira com maior idade (91 anos) Dona Quitéria, tendo seguimento com as demais da comunidade: Raimunda, 84 anos; Elisabeth, 67 anos; Maria José, 59 anos; Maria de Fátima, 56 anos e Vera Lúcia, 49 anos, todas de famílias de agricultores e camponeses, sempre acessíveis, cordiais e dispostas a contribuir com a pesquisa e dividir as suas histórias de vida na lida diária e apaixonada pela arte com o barro.

Esse grupo específico foi selecionado por aglomerar, o maior número de louceiras em um espaço geográfico, além de pertencerem a mesma família, em menor ou mais elevado grau de parentesco. Todas foram esclarecidas sobre a pesquisa e a necessidade de autorização da participação, assinando o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) (CEP/UFPB nº 2.613.549), conforme estabelece a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Metodologia

Inicialmente utilizou-se da observação direta (ALBUQUERQUE, 2008; ALBUQUERQUE, 2010) afim de conhecer os métodos de coleta, reconhecimento, preparação, confecção e queima do solo. Concomitante a observação, foram realizadas as entrevistas com uso de gravador e de questionário semi-estruturado (HUNTINGTON, 2000) dividido em três partes (APÊNDICE 2). A primeira parte abordou questões referentes ao perfil socioeconômico das entrevistadas (idade, sexo, escolaridade, ocupação, estado civil e quantidade de filhos).

Na segunda parte foram solicitadas informações sobre o reconhecimento do solo, a confecção das peças (reconhecimento, método de coleta e preparo do barro). Já na terceira parte as interrogações foram sobre gestão e políticas públicas (armazenamento, transporte, comercialização e apoios). Foram visitados e registrados fotograficamente, todos os locais do processo, desde a escolha do barro à comercialização.

Os materiais utilizados para coleta e registro das informações foram: papel ofício A4 cor branco, caneta esferográfica azul, gravador de voz (Panasonic RR-US551) e máquina fotográfica para registro de imagens (celular LG K10 2017 e Iphone 6s Apple 2015), compreendendo o horário entre 07h00 e 12h00. Foram três visitas no período entre setembro de 2017 e setembro de 2018.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Características socio-econômicas das Louceiras

Foram entrevistadas 06 (seis) louceiras (100%) na comunidade Ligeiro de Baixo de Serra Branca, Paraíba, Brasil, conforme explícito na figura 3. Dentre as 06 entrevistadas diretamente (isso porque outros atores – amigos e familiares – participaram indiretamente da conversa), 03 delas (50%) ultrapassam os 60 anos, enquadrando-se como idosas, de acordo com a faixa de idade estabelecida pelo Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). Todas (100%) são

naturais de Serra Branca e são alfabetizadas, pelo menos até o 5º ano do ensino fundamental. Cinco delas (83,5%) são aposentadas como agricultoras rurais e não dependem exclusivamente da louça de barro para subsistência, enquanto que uma (16,5%) depende exclusivamente da atividade para sobreviver. Quanto aos filhos, todas são mães, predominando o gênero masculino (62,5%) sobre o feminino (37,5%)

Aspectos Sociais	Números de entrevistados	Frequência relativa (%)
Idade		
40 a 60 anos	3	50,00%
> 60 anos	3	50,00%
Escolaridade (alfabetizadas)		
Sim	6	100,00%
Naturalidade		
Serra Branca-PB	6	100,00%
Ocupação		
Dona de casa e louceira	1	16,50%
Aposentada	5	83,50%
Tempo de atividade/louceira (anos)		
10 a 30	0	0,00%
> 30	6	100,00%
Filhos		
Sim	6	100,00%
Não	0	0,00%
Gênero dos Filhos		
Feminino	6	37,50%
Masculino	10	62,50%

FIGURA 3 - Características socioeconômicas das Louceiras

Embora desenvolvam a atividade remunerada com barro há mais de 30 anos, não a consideram profissão e destacam que, hoje, as peças de barro contribuem muito pouco com a renda familiar, exceto uma das entrevistadas (Figura 4), que sobrevive exclusivamente da comercialização das obras de barro, porém aguarda pela aposentadoria. Quase 84% delas reconhece na aposentadoria a principal fonte de renda.



FIGURA 4: Vera Lúcia, única louceira a sobreviver, exclusivamente, da louça de barro

Nesse quesito, a(s) gestão(ões) e demais instituições interessadas na disseminação do conhecimento tradicional, podem articular bolsas de incentivo para os candidatos à aprendizes, bem como, para as louceiras interessadas em ministrar cursos e oficinas, considerando que o conhecimento é uma gama de diferentes formas e dimensões do saber humano, e que é necessário, de qualquer maneira e sempre conhecer, o tempo todo, estar realizando a ousadia e o esforço de adquirir mais e melhor conhecimento (BRANDÃO, 1997), copiando prática bem sucedida de bolsas subsidiadas pela gestão do município de Sumé (aprox. 30 km de Serra Branca), estado da Paraíba que, por meio de Decreto Municipal nº 340/1991, que incentiva jovens do município à prática de música junto à Filarmônica Municipal Maestro Antônio Josué de Lima.

Constatou-se que a arte com o barro ocupa espaço nos domicílios e compartilha a atenção com as tarefas domésticas e agropecuárias, e que 100% das entrevistadas tem filhos (16 no total), todos, segunda as próprias, alimentados, vestidos e educados por meio da atividade com barro, alguns inclusive com ensino superior. Contudo, nenhum desses filhos demonstra interesse na continuidade da arte com o barro, ainda que detenham o conhecimento e contribuam de alguma forma com suas mães.

Provavelmente a predominância masculina nos filhos influência nessa realidade, pois, respaldando-se em Almeida (2003) e Cabrera-Garcia (1996), “há uma tendência na qual a modelagem artesanal da cerâmica utilitária é feita por mulheres, com participação minoritária de homens”. Eles até conhecem as técnicas e sabem como fazer, mas preferem

colaborar na coleta e transporte do barro e da lenha, na queima das peças maiores e no transporte até as feiras livres, estabelecendo, de certa forma, um critério de força e habilidade, de modo que, as atividades que exigem mais força física sejam exercidas pelos homens e aquelas que exigem mais delicadeza e precisão, como a confecção e acabamento das peças, exercidas pelas mulheres.

Quanto as filhas mulheres, as louceiras afirmam, de maneira coletiva, que elas sabem confeccionar melhor que as mães e com mais “capricho”, mas não se dispõem, seja pelo “sacrifício” físico, reconhecimento cultural e/ou, principalmente, pelo retorno econômico/financeiro. Mesmo diante desse posicionamento da nova geração, a louceira mais idosa em atividade (Quitéria, 91 anos) diz que não optaria por outra vida, “*escolheria o barro novamente. Com ele sou feliz*”.

Nesse sentido, Santos (2010), esclarece que a categoria gênero é determinante nas relações que são construídas em torno do trabalho do barro, e, no contexto “relações”, Maria de Fátima (56 anos) emociona-se ao dizer que “*reconhece no barro um bom coração e que ele nunca lhe faltou, nunca lhe decepcionou*”.

Embora as entrevistas com as mulheres tenha predominado, os homens da família contribuíram complementando as informações e apresentando alternativas simples de convivência das louceiras e suas dificuldades, a exemplo de Francisco, esposo de Maria de Fátima que, preocupado com as condições de saúde da esposa e considerando o apego à atividade de barro, desenvolveu um equipamento que possibilita o manuseio rotativo da louceira com a peça de barro, sentada e apoiada com os pés no chão, evitando as dores lombares, conforme demonstra na figura 5.

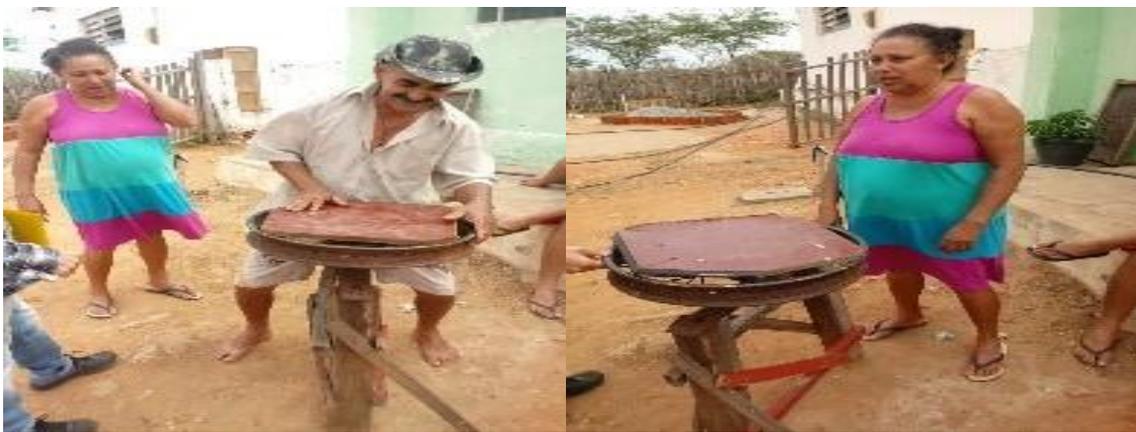


FIGURA 5 - Equipamento desenvolvido por Francisco, esposo da louceira Maria de Fátima

Processo Produtivo

Utiliza-se, para constituir o corpo das peças de barro, água e uma mistura de materiais de solo (terra e barro). Para proteção da superfície utiliza-se galhos e restos de plantas e pedaços de tecido. Para a queima, usa-se lenha de diferentes portes e espécies vegetais. A decoração das peças não é comum entre louceiras.

O bom barranco, como são chamados pelas louceiras, é o local que contém o material apropriado para confecção da peça de barro, e situam-se em ambientes distintos nem sempre próximos às residências das louceiras, por vezes, em propriedade particular.

A frequência da coleta varia de acordo com o regime das chuvas, condições do solo, demanda do barro pelas louceiras e disponibilidade de mão de obra para a coleta.

A água oriunda de barragens e/ou cisternas nas próprias residências, é utilizada em diferentes etapas do processo produtivo: para a mistura do barro, durante a modelagem e também no processo de tratamentos.

O barro, quando coletado e transportado, é depositado em forma de “montes”, em cômodos das residências e cobertos por lonas plásticas ou pedaços de pano velhos por um período de 24 a 48 horas, até que seja quebrado e umedecido/aguados. Antes de agoar com água os barros são quebrados em pedaços menores e peneirados a fim de separar os materiais de solo.

Após molhado o barro, as louceiras retiram porções denominadas de “bolos”, de tamanho proporcional à peça que vai ser confeccionada. Esse bolo é posto em uma superfície plana umedecida, até que é feito um “furo” com o dedo indicador ou é aberto um espaço oco através do bolo, com a mão fechada. Por meio de movimentos em sentido ascendente e circular utilizando os dedos e apoiando o vaso em construção com a outra mão, a louceira vai reduzindo a espessura da parede do bolo de barro e vai dando forma a peça. Quando é formado um vaso oco, iniciam-se outros movimentos em sentido tendencioso para reduzir o diâmetro da abertura superior do vaso.

Após a última etapa de secagem os vasos estão prontos para queima. A atividade é exercida, não exclusivamente mas, principalmente por homens. As peças são posicionadas no forno com a boca voltada para baixo. Em seguida, são cobertas com pedaços de peças de barro quebradas (cacos), protegendo a peça da área externa do forno, isso porque, se houver interferência do vento, a peça pode rachar e, conforme assinalam, “pipocar”.

Quanto a queima, esquentar, significa o início do calor ao forno, quando se dá preferência aos galhos de plantas mais finos e de mais fácil queima, também chamados de “garrancho”, adquiridos perto das residências das louceiras. Em seguida, são colocados pedaços de pau de maior espessura para formar as “lavaredas”. Quando a cinza começa a se formar, tem início o trabalho de esfriar, que, nada mais é, do que diminuir lentamente a temperatura do forno, retirando a lenha queimada ou diminuindo sua adição. A queima dura cerca de duas a três horas, do início ao fim do processo. A retirada dos vasos queimados se dá, na maioria dos casos após o resfriamento completo que ocorre, após cerca de 12 horas após o início da queima, ao ar livre.

Descontinuidade da atividade: dificuldades

Nota-se que, a ausência de sucessores causa certo desalento e tristeza nas entrevistadas que reconhecem a desvalorização da atividade artesanal com o barro enquanto gerador de trabalho e renda. Albuquerque (2007) corrobora essa compreensão sobre as mudanças no estilo de vida, acrescentando que “*as interferências causadas pelas redes sociais, tem provocado redução no tempo de vivência das novas gerações com os familiares mais antigos*”, e que, a redução na transmissão desses conhecimentos pode se tornar um futuro processo de aculturação (CARVALHO, 2012).

Contudo, além da ausência de valorização e interesse dos mais jovens, outras variáveis, conforme figura 6, contribuem para fragilização e provável interrupção na história dessas louceiras de barro.

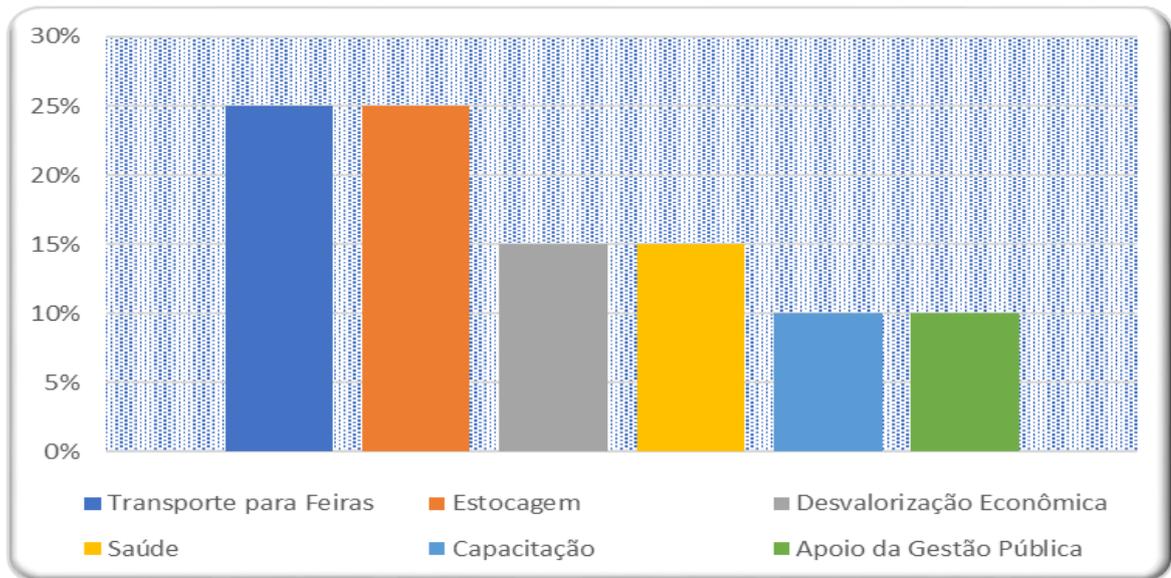


FIGURA 6: Variáveis que limitam a continuidade do artesanato com louça de barro

Observa-se que o transporte para as feiras e a estocagem constituem o maior empecilho para comercialização, fato registrado na figura 7. Isso porque, necessitam custear o combustível e o aluguel do espaço onde as peças ficam alojadas nos locais das feiras, visto que, como residem na zona rural, o traslado semanalmente, desgasta, tanto as louceiras quanto as peças que, por vezes se quebram. O custeio para manutenção da atividade, é retirado das suas aposentadorias e, por vezes, as vendas e lucros não cobrem as despesas causando-lhes prejuízos.



FIGURA 7: Estocagem e exposição em feira livre da região

Nesse aspecto, há de se considerar as Casas de Economia Solidária, um espaço fornecido gratuitamente pela Secretaria de Desenvolvimento Humano do Governo do Estado da Paraíba, que permite a comercialização, democrática e desburocratizada, de uma série de produtos, assim como o EcoParaíba, um espaço multifuncional que agrupa capacitação, assessoramento e comercialização de produtos da agricultura e do artesanato paraibano, contemplando balcões de negócios da economia solidária, stands de vendas da agricultura familiar de base agroecológica e outros produtos.

Quanto a desvalorização econômica, verifica-se a insatisfação no barateamento das peças e na interferência de “atravessadores”. Atores que as adquirem por um preço “X” e as revende por um preço “Y”, no mínimo 100% mais caras, dentro e fora do Estado da Paraíba. Além do que, a ausência de identificação própria na peça, contribui para a má fé desses atravessadores, quanto à sua autoria. A identificação dá-se apenas com pontos de tinta brancos.

Referindo-se a capacitação e apoio, inexistente totalmente, seja para o setor agropecuário sob assistência técnica, seja para atividade artesanal através de iniciativas privadas ou das gestões públicas (federal, estadual e municipal). Mas importa considerar que, embora o grupo das louceiras não esteja vinculado atualmente a nenhum sindicato ou associação, é possível reavivar o sentimento cooperativista e as boas práticas já experimentadas, contemplado por órgãos de apoio técnico e incentivo ao desenvolvimento sustentável, por meio de cursos de capacitação oferecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE), possibilitando, inclusive, a implantação de um projeto de marketing para os produtos e um zoneamento da produção, com a criação de um selo identificador dos “Produto das louceiras de Serra Branca, PB, Brasil”, coibindo as más práticas dos atravessadores comerciais e criando uma identidade cultural.

As peças produzidas pelas louceiras do Ligeiro de Baixo são modelos de bonecas como as noivinhas, beatas, presépios, bandejas, bolas vazadas, animais, quatinhas, potes, moringas e as tão famosas panelas, de vários tipos: cuscuzeira, panela de pressão, frigideira, fogareiros, bules, cumbucas, xícaras e pratos, todos, em tamanhos variados. Andrade filho (1971) defende que a cerâmica é agrupada em 3 grandes grupos: cerâmica utilitária simples, cerâmica utilitária figurativa e cerâmica decorativa.

cerâmica utilitária simples é a que tem a forma simplesmente funcional. A cerâmica utilitária figurativa é a que apresenta não somente o desenho, mas também forma de gente, animal ou planta. A cerâmica decorativa é a que,

sendo figurativa ou não, serve para enfeitar ambiente ou presépio, tendo também função de bibelôs.

Já Ribeiro (1986) propõe uma divisão mais detalhada chamada de grupos genéricos.

O Grupo A, são as cerâmicas utilitárias para cozinhar e/ou frigar alimentos, como panela, tigela e assadeira. Grupo B, as cerâmicas utilitárias e/ou cerimonial para armazenar e servir alimentos, como jarra para água, jarro para cultivo de plantas, quartinha/moringa, prato e pote. O Grupo C, são as cerâmicas para o sustentáculo de panelas, tipo fogareiro. Já o Grupo D, são Cerâmicas estatuárias temático-figurativa como miniaturas diversas para comércio e uso lúdico, como as miniaturas de utensílios domésticos e de componentes da fauna. Por fim, o Grupo E, que são as cerâmicas específicas para a venda, feitas por influência do contato com o mercado urbano, destinada exclusivamente ao consumo externo, a exemplo de alambique para fabrico de cachaça e peças variadas para decoração em residência urbanas como xícara, pires, bule, copo, vasos assimétricos e réplicas de cabeças humanas, entre outros.

O nível e consistência do trabalho com o barro, conferido na figura 8, levou a louceira Maria José Rodrigues à conquista do 1º lugar, na Categoria Decorativa, da peça “Simplesmente Mulher”, na versão 2007 do Salão Paranaense de Cerâmica Popular e, na versão 2008, na categoria Cerâmica Popular, com a peça “O sapo” da louceira Vera Lúcia. O evento é realizado anualmente pelo Museu Alfredo Andersen, em Curitiba, Paraná e promovidos pelo Governo do Estado.



FIGURA 8: Boneca “Simplesmente Mulher” e “O Sapo”
Fotos: Babel das Artes

Quanto a desvalorização é importante notar que ela parte, principalmente, dos habitantes da própria região e do poder público local, que não reconhecem nas panelas de barro (utilitário mais vendido) nem nas bonecas (decorativo mais vendido), uma obra de arte com valor agregado cultural. Esse reconhecimento e valorização parte, comumente, dos turistas. Nesse ponto, Canclini (2003), diz que perceber “as estratégias que os artesãos utilizam para entrar e sair da modernidade” e procurar fazer uma “hibridação” do repertório que já existia com uma “nova produção”, permite que as peças sejam substituídas e/ou adequadas, com a finalidade de atender aos interesses turísticos e mercadológicos.

Nesse sentido, destaca-se a importância da escola/educação como papel fundamental, seja na consciencialização das novas gerações quanto a sua relevância para divulgação e preservação desse patrimônio, seja em uma formação direcionada que assegure a valorização profissional dessas louceiras, até mesmo na contribuição do desenvolvimento pessoal destas, na melhoria da qualidade, da produtividade e competitividade com registro em foto catalogação das peças e, finalmente, no reforço para (re) conhecimento, por parte da gestão, do quão é importante a consolidação e viabilização de iniciativas culturais e o desenvolvimento das artes para história de um povo.

A escola tem que ajudar a criança para que, em seu processo de crescimento, ela vá compreendendo a realidade que a cerca e nela vá se localizando lúcida e criativamente. Este processo a inicia na realidade imediata com o meio: aprende a VER no mesmo, para em seguida estender seu olhar na direção de horizontes mais largos (NIDELCOFF, 1979).



FIGURA 9: Reconhecimento e coleta do barro

Conforme revelado na figura 9, percebe-se que a rotina sob sol escaldante, sem proteção adequada, com precariedade de água e o esforço físico dos movimentos constantes e repetitivos durante anos, tem acarretado problemas de saúde. As maiores dificuldades nessa variável são: dores nas costas, braços, pernas, mãos trêmulas, câibras e rouquidão, sendo essa última, possivelmente ocasionada ou agravada pela fumaça expelida pelos fornos durante as queimas

Nota-se que as variáveis limitantes no processo de continuidade e valorização da arte das louceiras de Ligeiro de Baixo, ou seja, transporte e estocagem das peças para as feiras livres, atendimento em saúde de forma preventiva e capacitação, apresentadas na figura 10, acomodam-se em uma única variante, que é o “apoio da gestão pública”.

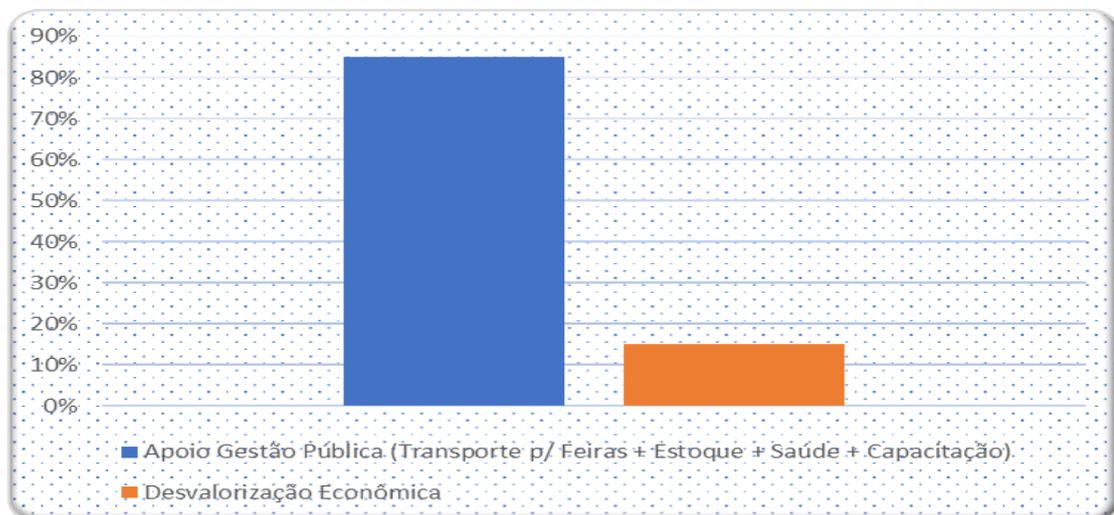


FIGURA 10: Variáveis de gestão, que limitam a continuidade do artesanato com louças de barro

Considerando que existem normas legais e políticas públicas direcionadas à Cultura e Saúde, em todas as suas vertentes e níveis da federação, previstos na Lei nº 13.180 (BRASIL, 2015), como aspectos de orientação, qualificação, estímulo ao aperfeiçoamento dos métodos e processos de produção, apoio comercial, certificação de qualidade do artesanato e sua divulgação, assim como, o direito à saúde aos cidadãos, diminuição das desigualdades e investimento nas carência e integração das ações na promoção da saúde, com prevenção de doenças, são princípios básicos do Sistema Único de Saúde – SUS, e devem ser cumpridas e garantidas, sobretudo, com articulação de outras políticas públicas (MS, 2017), confere-se que a gestão municipal, não possui um conjunto de elementos exigidos pela nova administração pública, denominado de CHA (competência, habilidade e atitude). Esses elementos têm

interdependência e se complementam nas relações de trabalho, geram o desempenho profissional, exprimem os comportamentos da pessoa em suas relações laborais e promovem as realizações e resultados (ENAP, 2009).

CONCLUSÕES

Percebeu-se que, as mestras do barro, adquiriram todo o conhecimento dentro da própria família, de mãe para filha, caracterizando-se como uma atividade eminentemente feminina e que as gerações mais recentes não se interessam em dar continuidade à atividade artesanal da louça de barro, embora, detentoras deste mesmo conhecimento, seja pelo esforço físico em uma região de sol escaldante e escassez de água, seja pela falta de reconhecimento cultural e artístico da região e principalmente, pelo pouco retorno econômico/financeiro.

O conhecimento das louceiras sobre o solo, percebeu-se pela abordagem etnopedológica, através das informações diversificadas e contextualizadas relacionadas não somente ao solo, mas também aos aspectos relacionados com esta tradição nesta comunidade, reafirmando que as peças são mais que simples objetos de barro vistos em feiras e casas, mas um legado que reflete um conjunto de relações familiares materiais e espirituais em uma dinâmica que envolve a louceira, sua técnica, o material e os objetos produzidos.

As louceiras não identificam o solo pelo nome científico e sim pela cor, sendo o principal material utilizado o barro vermelho ou barro de louça, misturado a um barro mais claro, sentido entre os dedos indicador e polegar como forma de identificar sua qualidade e a “liga”.

As principais peças produzidas são as decorativas e utilitárias, destinadas às feiras livres da região do Cariri ocidental e oriental paraibano, embora exista a presença de atravessadores que, adquirem as peças por um valor e as revendem em outras cidades e estados, por outro valor.

Não existem políticas públicas da gestão municipal direcionadas à essa atividade, ainda que exista vários canais de apoio e facilitação da gestão estadual.

Aproveitam, para queima nos fornos, galhos secos caídos no chão, evitando desmatamento, utilizando-se assim, dos próprios sistemas de manejo do solo, da água e da vegetação, decorridos dos conhecimentos e experiências acumuladas, lidando com os recursos naturais de forma correta e sustentável e com impactos mínimos ao meio ambientes.

As peças, em sua grande maioria, não possuem identificação ou assinatura própria, apenas alguns pontos de tinta branca, contribui para ação dos atravessadores e para desvalorização da peça em sua fonte.

Apesar da forte possibilidade dessa tradição se perder, em virtude das dificuldades já impostas pela natureza, a falta de entusiasmo dos jovens da comunidade e a ausência de apoio e incentivo por meio de políticas públicas, as louceiras entrevistadas manifestam o desejo de manter viva essa tradição, a fim de conservar a tradição e empoderar a sociedade com seus conhecimentos tradicionais, preservando a história cultural da arte com barro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, U. P.; ANDRADE, L. de H. C. **Conhecimento Botânico Tradicional e Conservação em uma Área de Caatinga no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil**. Revista Brasileira de Plantas Mediciniais. v.16, n.3, p.273-285, 2002.

ALBUQUERQUE, U. P.; MONTEIRO, J. M.; RAMOS, M. A., AMORIM, E. L. C. **Medicinal and magic plants from a public market in northeastern Brazil**. Journal of Ethnopharmacology. v. 110, p.76–91, 2007.

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; LINS NETO, E. M. F.. Seleção e escolha dos participantes da pesquisa. In: ALBUQUERQUE, U. P. de; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. **Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica**. 2 ed. Editora COMUNIGRAF/NUPEEA, Recife. p. 21-40, 2008.

ALBURQUERQUE, F. **Local economic development and decentralization in Latin America**. Cepal Review, n. 82, p. 155- 169, April 2004. In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania / v. 15, n. 56 • São Paulo: 2010. ISSN 1806-2261>Acesso em: Ago.2018.

ALMEIDA, L. S. D. **As ceramistas indígenas do São Francisco**. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 255-270, 2003.

ALVES, A. G. C. **Do “Barro de Loiça” à “Loiça de Barro”:** caracterização etnopedológica de um artesanato camponês no Agreste Paraibano 2004. 197 p. (Doutor). Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

ALVES, A. G. C. et. al. **Caracterização etnopedológica de Planossolos utilizados em cerâmica artesanal no Agreste Paraibano**. Revista Brasileira de Ciências do Solo, v.29, n.3, 2005.

ALVES, A.G.C.; MARQUES, J.G.W. **Etnopedologia: uma nova disciplina?** In: VIDAL-TORRADO, P. et. al. **Tópicos em ciência do solo**. Viçosa: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, v.4, cap.8, p.321-344, 2005.

ALVES, A. G. C.; PIRES, D. A. F.; RIBEIRO, M. N. **Conhecimento local e produção animal: uma perspectiva baseada na etnozootecnia**. Arch. Zootec., v. 59, p. 45-56, 2010.

ANDRADE-FILHO, O. D. **Normas para pesquisa da cerâmica**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura - Campanha de defesa do Folclore brasileiro, 1971.

Babel das Artes. Disponível em www.babeldasartes.com.br.>Acesso em Fev.2019

BAILEY, Kenneth D. **Methods of Social Research**. New York, ed.4, 1994. 592p.

BARRERA-BASSOLS, N.; TOLEDO, V. M. **Ethnoecology of the Yucatec Maya: symbolism, knowledge and management of natural resources**. Journal of Latin American Geography, v. 4, n. 1, p. 9-41, 2005.

BASHER, L. R. **Is pedology dead and buried?** Australian Journal of Soil Research, v. 35, 1997.

BRANDÃO, C. R. **O ambiente, o sentimento e o pensamento: dez rascunhos de idéias para pensar as relações entre eles e o trabalho do educador ambiental**. In: FÓRUM DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 4., 1997, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro, 1997.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Levantamento exploratório – reconhecimento dos solos do Estado da Paraíba**. Rio de Janeiro. 1972.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do idoso**. Editora MS, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude/principios-do-sus>> Acesso em: Ago.2018.

BRASIL, Lei 13.180/2015. **Dispõe sobre a profissão de artesão e dá outras providências 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_Leis.htm> Acesso em: Ago.2018.

CABRAL, R.L.. **Uso e Conhecimento do Solo por Artesãos Camponeses no Agreste Pernambucano: uma Abordagem Etnopedológica**. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2011.

CABRERA-GARCIA, S. **La alfarería popular de El Cercado (La Gomera)**. La Laguna (Tenerife): Centro de la Cultura Popular Canaria (CCPC) - IPRECAN, 1996.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARVALHO, T. K. N.; SOUSA, R. F.; MENESES, S. S. S.; RIBEIRO, J. P. O.; FELIX, L. P. & LUCENA, R. F. P.. **Plantas usadas por uma comunidade rural na Depressão Sertaneja no Nordeste do Brasil**. Biofar., Vol. Especial, p. 92-120, 2012.

CIEGESI - Conferência Internacional de Estratégia em Gestão, Educação e Sistemas de Informação. Goiânia, GO. Disponível em: <www.anais.ueg.br/index.php/ciegesi/article/view/781/820> Acesso em: Ago.2018.

DECRETO MUNICIPAL Nº 340 de 03 de julho de 1991. **Dispõe sobre o regulamento da Filarmônica Municipal “Maestro Antônio Josué de Lima”**. Sumé, Paraíba.

EMBRAPA. **Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 2. Ed. Brasília: Embrapa Produção de Informação; Rio de Janeiro, Embrapa Solos, 2013.

ENAP, Escola Nacional de Administração Pública. **Gestão por Competências**. Brasília: ed. pela Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, 2009, p. 1-78. Disponível em: <<http://www.drbassessoria.com.br/12gestaoporcompetencias.pdf>> Acesso em: Ago.2018.

GOOGLE MAPAS. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-7.5285345,-36.71363,13.58z?hl=pt-BR>> Acesso em: Ago.2018.

HUNTINGTON, H P. **Using traditional ecological knowledge in science: methods and applications**. *Ecological applications*, v. 10, n. 5, p. 1270-1274, 2010.

IDEME. **Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/perfis-do-idhm/atlasidhm2013_perfil_serrabranca_pb.pdf>. Acesso em: Ago.2018.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250073&idtema=156&search=p%20araiba|serrabranca-2017>> Acesso em: Ago.2018.

KICKERT, Walter J.M.; STILLMANN (Ed.). **The modern State and its study: new administrative sciences in a changing Europe and United States**. Cheltenham, UK, Northampton, MA: Edward Elgar, 1999.

Lestinge, Sandra; Sorrentino, Marcos. **As contribuições a partir do olhar atento: estudos do meio e a educação para a vida**. *Ciência & Educação (Bauru)*, vol. 14, núm. 3, 2008, pp. 601-619. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=251019504015>>

Matias-Pereira, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea – 3.ed. – São Paulo: Atlas, 2010.**

MINAMI, K. **Soil and humanity: Culture, civilization, livelihood and health**. *Soil Science and Plant Nutrition*, v. 55, p. 603–615 2009.

Mulher de negocios 10 anos. Disponível em: www.bibliotecas.sebrae.com.br> Acesso em: Fev.2019

NIDELCOFF, M. T. **A escola e a compreensão da realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PARAÍBA. **Relatório do Zoneamento Agropecuário do Estado da Paraíba.** Universidade Federal da Paraíba. Fundação de Pesquisa e Extensão - FUNAPE, Centro de Ciências e Tecnologia - CCT, Centro de Ciências Agrárias - CCA, Paraíba. 1978.

PARAÍBA. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br>> Acesso em: Ago.2018.

POSEY, D. A. **Etnobiologia: Teoria e Prática.** In: RIBEIRO, B. (Ed.). Suma Etnológica Brasileira. Petrópolis: Vozes, v.1. Etnobiologia, 1986.

SANTOS, J. - **Relações de Gênero e produção de cerâmica na comunidade de quilombola de Olaria, em Irará-Bahia.** Revista Latino-americana de Geografia e Gênero. Vol. 1, 2010, p.134-147.

SERRA BRANCA. **PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA BRANCA.** (Org.). História da cidade. 2017. Disponível em: <<http://www.serrabranca.pb.gov.br/acidade/historia>> Acesso em: Ago.2018

SUDEMA. **Superintendência de Administração do Meio Ambiente.** Disponível em: <http://sudene.gov.br/images/arquivos/semiario/arquivos/paraiba-delimitacaosemiario-dezembro2017.jpeg>> Acesso em: Ago.2018.

VITAL, A. de F. M. **Revista Boca Escancarada.** 2014.

VITAL, A. F. M.; SANTOS, R. V. **Solos, da educação à conservação: ações extensionistas.** Tegrat: Maceió. 2017.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da elevada possibilidade da tradição das louceiras de barro desaparecer, seja por ausência de políticas públicas que as enxergue como patrimônio cultural e imaterial de um povo, seja pelo desinteresse das gerações mais novas e até mesmo pelas adversidades naturais, as mestras do barro da comunidade Ligeiro de Baixo manifestam o desejo de mantê-la viva. Para tanto, colocam-se à disposição de todas as organizações e instituições governamentais e não governamentais, no proferimento de palestras, oficinas, exposições e debates acerca do tema, objetivando difundir o conhecimento empírico adquirido através das várias gerações, abrangendo homens e mulheres, de todas as idades e recantos da região.

A Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido (SEAFDS), por meio do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú (PROCASE) e em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA),

organismo das Nações Unidas (ONU), apoia empreendimentos produtivos nos territórios do Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Curimataú, Seridó e médio Sertão. Esses projetos incluem ações em diversas áreas inclusive o artesanato e outras atividades relativas à economia rural local, atuando no fortalecimento de cadeias produtivas já existentes ou que apresentem fortes indicadores de consolidação e crescimento, beneficiando a comunidade com reforma de espaços físicos para a comercialização e produção, aquisição de maquinário e mobiliário e composição de um banco de matéria prima, visando fortalecer a agricultura familiar e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, reduzindo os níveis de pobreza rural e fortalecendo ações de prevenção e mitigação da desertificação.

Por fim, conduzir recursos públicos não é tarefa para pessoas com pouco preparo. Sua aplicação deve ser executada e acompanhada por servidor devidamente habilitado. Os Gestores Públicos precisam ter características especiais e estar capacitados para atuar em todas os setores. A partir do preparo adequado e de estudos sobre sua peculiar realidade administrativa, poderão desenvolver visão estratégica e contribuir para a melhoria da gestão e das políticas públicas, de modo a ser possível intervir na realidade social, política e econômica da sua região.

APÊNDICE 01 – FIGURAS

11 e 12 – Material/barro molhado, descansando.

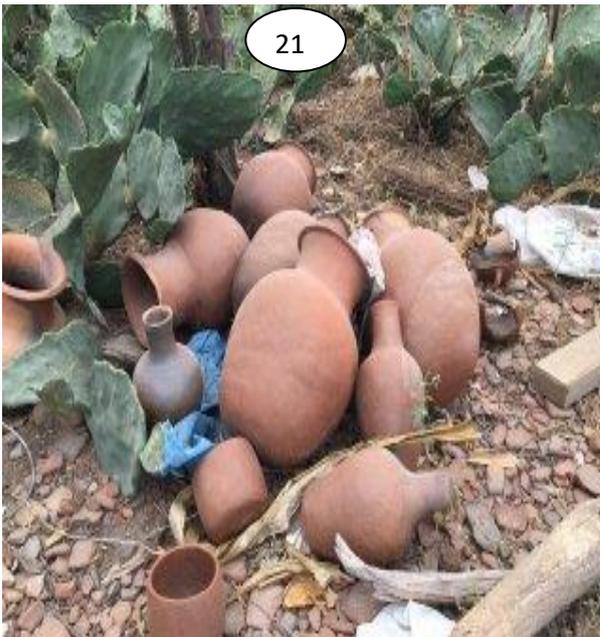
13 e 14 – Materiais usados para confecção e acabamento da peça (barro, água, graveto de madeira e checho/pedra lisa).



15 e 16 – Fornos artesanais no quintal da residencia das louceiras.



17 e 18 – Confeção das peças de barro no chão da residencia das louceiras.

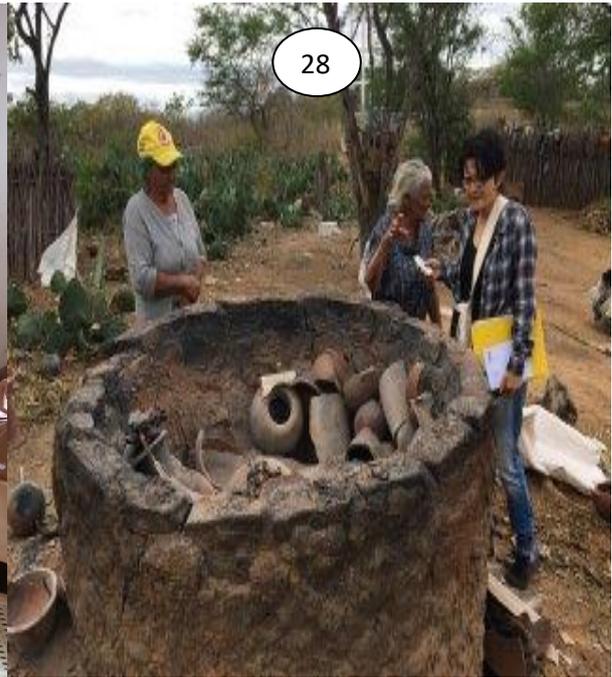


- 19 – Acabamento da peça da barro.
 20 – Peças de barro secando ao sol.
 21 – Peças danificadas na queima.
 22 – Peças embaladas para transporte às feiras



23 e 24 – Peças de barro em exposição na feira livre de Serra Branca, Paraíba.

25 e 26 – Registro com as louceiras D. Raimunda, 84 anos de idade, D. Elisabeth, 67 anos de idade e D. Quitéria, 91 anos.

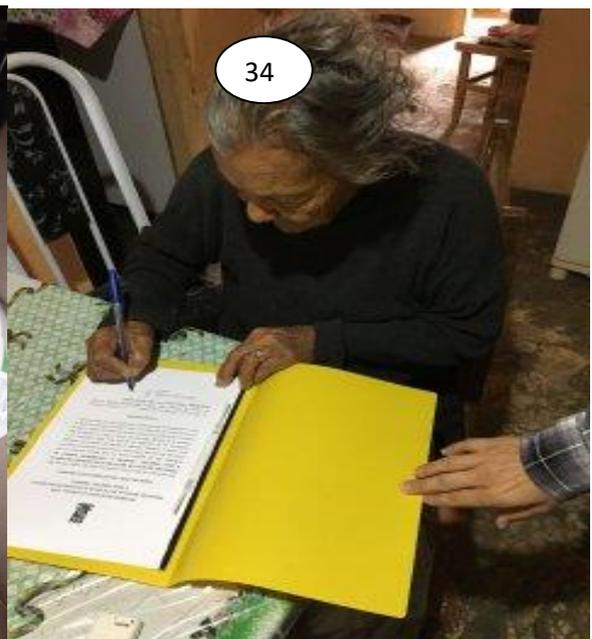


27 – Registro com a louceira Maria José, 59 anos.

28 – Observação do forno em desuso.

29 – Pesquisadora acompanha alunos do Curso de Agroecologia em aula de campo.

30 – Oficina ministrada pela louceira Vera Lúcia, 49 anos de idade, no CDSA, *campus* Sumé, Paraíba, nas comemorações do Dia Mundial do Solo (2018).



31, 32 e 33 – Oficina ministrada pela louceira Vera Lúcia, 49 anos de idade, no CDSA, *campus* Sumé, Paraíba, nas comemorações do Dia Mundial do Solo (2018).

34 – Assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

APÊNDICE 02 - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA APLICADA AS LOUCEIRAS**I – Identificação da Louceira/Artesã**

1. COMUNIDADE/ LOCALIDADE: _____
2. GÊNERO: FEMININO MASCULINO
3. IDADE: _____
4. GRAU DE INSTRUÇÃO: ANALFABETA ASSINA O NOME FUNDAMENTAL INCMPLETO FUNDAMENTAL COMPLEO MÉDIO INCOMPLETO MÉDIO COMPLETO GRADUAÇÃO _____
5. FONTE DE RENDA: ARTE COM BARRO AGRICULTORA APOSENTADORIA OUTRA _____

II – Relação Etnopedológica

1. Qual a definição que dá ao solo?
2. Qual a cor do barro que trabalha?
3. Há quanto tempo trabalha com barro?
4. Como reconhece o barro que dá liga para fazer a panela?
5. Mistura diferentes tipos de barro para fazer a peça? Sim Não
6. Com quem aprendeu a arte de barro?
7. Gosta de trabalhar com barro?
8. Gosta mais de confeccionar utilitários (panelas, potes, frigideiras, etc.), decorativos (bonecas, santos, etc.) ou os dois ?
9. Seus familiares aprenderam a trabalhar com o barro? Sim Não Porquê?
10. Queima a peça em forno a lenha? Sim Não
11. Percebe diferença entre fogo frio e fogo quente? Se sim, quais diferenças percebe?
12. Agrega valor a peça, com alguma estratégia (pintura, temáticas, etc)? Sim Não

III – Gestão e Políticas Públicas

1. Participa de alguma associação? Sim Não Por quê?
2. Conhece outras louceiras de barro na região? Sim Não
3. Como comercializa suas peças?
4. Tem ajuda da gestão pública na confecção de suas peças de barro? Sim Não. Se SIM, que tipo de ajuda? _____
5. Tem ajuda da gestão pública para exposição e comercialização de suas peças de barro? Sim Não. Se SIM, que tipo de ajuda? _____
6. Existe política pública de incentivo a sua atividade de louceira? Sim Não Por quê?
7. Sente-se valorizada com sua arte? Sim Não Por quê?
8. Qual a maior dificuldade que encontra para dar continuidade a sua atividade?
9. Acha que a atividade de louça de barro vai acabar? Sim Não Por quê?
10. Tem participado de exposições em salões de artesanatos ou eventos similares? Sim Não Por quê?
11. Já recebeu treinamento/capacitação de algum órgão? Sim Qual? _____ Não

ANEXO 01 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Convidamos V.Sa. à participar da pesquisa “**AS MESTRAS DO BARRO: A arte das louceiras no Semiárido Paraibano**”, que tem por objetivo, analisar o conhecimento das mulheres louceiras da comunidade Ligeiro de Baixo, Serra Branca, Paraíba, Brasil, sobre o uso do solo para fins comerciais, identificando as políticas públicas e dificuldades envolvidas nesse processo.

Para a realização deste trabalho, solicitamos a vossa colaboração em permitir a execução de entrevistas, conversação, fotografias, gravação de voz. Pedimos ainda a permissão para publicação dos resultados em eventos e revistas científicas nacionais e internacionais.

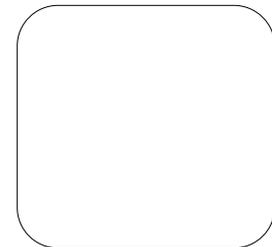
Diante disso será garantido: a) privacidade à sua identidade e sigilo de suas informações que gere algum risco ou desconforto; b) esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; c) liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si.

Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, Louceira, portadora do documento _____ Nº _____, declaro ter conhecimento do Projeto “**AS MESTRAS DO BARRO: A arte das louceiras no Semiárido**”, sob coordenação Dr. Reinaldo Farias Paiva de Lucena, autorizo a coleta e divulgação dos dados, conforme explicitado no projeto apresentado.

João Pessoa, ____ / ____ / 2018.

Assinatura da Colaboradora:



Espaço dactiloscópico

Prof. Dr. Reinaldo Farias Paiva de Lucena

Fone: (83) 9.9614.8032

Mestranda: Ana Paula Gonçalves Leite

Fone: (83) 9.9661.4748